

FACTO

ABIFINA

ANO IV • MAR/ABR • 2010 • Nº 24

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

Os desafios da química fina para o biênio 2010-2012



.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

CADEIA PRODUTIVA DE FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

Componente Obrigatório

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta pela valorização dos fármacos e medicamentos fabricados no Brasil e pelo desenvolvimento da tecnologia nacional desta área. As compras governamentais representam um dos instrumentos mais importantes de apoio à política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Dar preferência a produtos nacionais é fortalecer a indústria nacional. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É TER SAÚDE.



ABIFINA
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Jean D. Peter
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente Farmacêutico:
 Dante Alario Junior e Ogari Pacheco
 Vice-presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier
 Vice-presidente Farmoquímico: Nicolau Lages
 Vice-presidente Cadeia Química: Lêlio Maçaira
 Diretor de Assuntos Parlamentares:
 Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretora de Relações Institucionais: Telma Salles
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 João Alegre
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Odilon Costa
 Diretor de Propriedade Intelectual: Ciro Mortella
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Eduardo Costa
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Telma Salles

Conselheiros Beneméritos

Antônio Berdge Kessedjan
 Antonio Werneck
 Hayne Felipe
 Mário França
 Rodrigo Pinto
 Ulrich Meier

Conselho Consultivo

Akira Homma
 Eduardo Costa
 Fernando Marques
 Pedro Wongtschowski
 Alcebiades Athayde
 Eduardo Eugenio
 Fernando Sandroni
 Paulo Cezar Aquino
 Vinzenz Ploor

Expediente

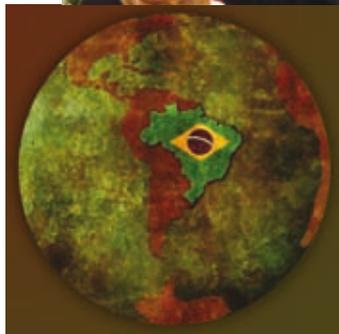
Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioli
 Matéria Técnica: Noemy Padilha
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
Números da Central Telefônica:
Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br



Entrevista:
 Jean Peter assume a presidência da ABIFINA e fala para Facto dos planos de sua gestão frente a entidade.



Capa: Os desafios da química fina para o biênio 2010-2012.

Brasil indústria desenvolvimento

Artigo assinado:

Câmbio: lições da História, tangos, aranhas e leões

EDITORIAL

04

CAPA

06

ENTREVISTA

12

ARTIGO ASSINADO

14

ARTIGO ASSINADO

16

PAINEL DO ASSOCIADO

18

SAIU NA IMPRENSA

22

ABIFINA EM AÇÃO

25

ARTIGO ASSINADO

30



Publicação da:

ABIFINA
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades

Mercado regulamentado e com regras respeitadas

por Nelson Brasil de Oliveira • 1º vice-presidente da ABIFINA



Sem sombra de dúvidas, a existência de um mercado de competição entre empresas privadas constitui o instrumento mais importante para se promover o desenvolvimento econômico e social, desde que devidamente regulamentado pelo Estado, tendo em vista atender objetivos estratégicos para o crescimento do país, respeitando as regras pelo ente público.

Um mercado totalmente livre e desregulado - como propunham os economistas neoliberais adeptos do Consenso de Washington de 1989, tem resultado em graves crises institucionais como ocorreu na crise asiática de 1997 - que quase "quebrou" a Rússia e a Argentina, e mais recentemente na crise financeira global de 2008, da qual o primeiro mundo ainda não se recuperou plenamente. Mas um mercado de competição empresarial deve ser regulamentado de forma clara e transparente, com instrumentos que devem ser estáveis - ou, quando necessárias alterações, elas devem ser implantadas gradativamente, com prazos de adequação respeitados, sem as equivocadas rupturas legais que ocorreram no Brasil dos anos 90.

Anteriormente, nos anos 70/80, o controle das importações (o famoso Anexo C da CACEX) constituiu-se no principal instrumento não-tarifário utilizado para o desenvolvimento econômico pelo Brasil, à semelhança do que era e, em grande parte, ainda é usado pelos países avançados. Criado em caráter temporário em 1975, como parte da política de ajuste ao primeiro choque do petróleo e como reação aos surtos de importações que ocorreram nos anos de 1974 e 1975, a proibição da importação de produtos estratégicos para o desenvolvimento econômico do país apresentou magníficos resultados, como se verificou na implantação de indústrias da química fina depois da edição da Portaria Interministerial nº 04/84.

No cenário então criado, empresários privados investiram no país acreditando nas regras definidas através dessa Portaria, em especial para desenvolver a indústria de insumos para medicamentos, no contexto da química fina nacional, na qual foi definida uma reserva temporal do mercado nacional (criada através do CDI), apoiada no poder de compra do Estado, via CEME, e no financiamento para investimentos, via sistema BNDES/BNDESPAR. Em decorrência dessa política industrial, entre os anos de 1984 e 1990 foram investidos mais de US\$1 bilhão em cerca de 1.500 projetos de novas unidades produtivas nessa área, das quais cerca de mil estavam começando operações no início dos anos 90 e que, assim, deveriam principiar a dar retorno aos investimentos realizados a partir daí. Infelizmente todo o investimento empresarial realizado nessa área foi sucateado no dia 15 de março de 1990, quando o governo recém-eleito inopinadamente aboliu o sistema de controle das importações mantido pelo Anexo C da CACEX. Como compensação a essa violenta ruptura, o governo adotou um sistema

de tarifas de importação na forma praticada em economias maduras, mecanismo sabidamente ineficaz para regular fluxo de mercadorias em emergente mercado com preços que vinham sendo assegurados pelo Estado para induzir o desenvolvimento industrial e, por isso, não competitivos - necessariamente fora das regras de um free trade convencional de economias modernas. A quebra das regras vigentes com a abrupta abertura comercial que então foi realizada, coincidentemente com a desativação das atividades da CEME, resultou no fechamento de mais de mil unidades produtivas dessa emergente indústria de alta densidade tecnológica criada no país, fragilizando setores da indústria de base, levando ao descrédito uma função estratégica que deveria caracterizar o Estado Nacional soberano.

Embora os anos 90 sejam exaustivamente louvados pela contenção da inflação que corroía a economia nacional, em realidade essa saudável meta foi alcançada em grande parte através de doloroso e desnecessário processo desindustrializante do país, dada a manutenção de uma demorada apreciação da moeda nacional face ao dólar na segunda metade daquela década. Esse fato nitidamente induziu uma substituição da fabricação local por produtos oriundos do exterior, com um viés tipicamente de política anti-industrial. Dizia-se, então, enfaticamente: "a melhor política industrial é não ter política industrial".

Durante o primeiro mandato do presidente Lula, o setor público reunido com o setor privado em fóruns de competitividade de cadeias produtivas prioritárias para o desenvolvimento nacional, formulou uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE) para o país, depois de mais de uma década perdida nessa área. No segundo mandato deste governo,

a PITCE foi aprofundada e, sob a liderança de Temporão no Ministério da Saúde, foi recuperada uma visão estratégica de acesso da população a medicamentos como ocorrera no início dos anos 60, agora expressa pelo PAC da Saúde, através de mecanismos focados no desenvolvimento do complexo industrial da saúde para viabilizar a fabricação local dos insumos químicos e equipamentos.

Ocorre que qualquer política dedicada à industrialização doméstica, para ser efetiva, necessita ser lastreada em fundamentos macroeconômicos nacionais que assegurem não somente a estabilidade da moeda, mas também sua conversibilidade para outras moedas, em condições que se mostrem isonômicas para o setor produtivo local, vis-à-vis competição externa. Embora seja difícil a regulamentação do setor financeiro - pela sua elevada inserção internacional, ao menos a taxa cambial merece algum tipo de regulação que atenuie a apreciação do real face ao dólar e iniba sua grande instabilidade, como hoje se verifica no Brasil. A manutenção da política monetária exclusivamente focada em metas anti-inflacionárias - que requerem o uso de elevadas taxas de juros domésticos - associada ao ingresso especulativo de capitais externos para a bolsa de valores, resulta em uma aguda imprevisibilidade cambial que desestimula investimentos, criando um ambiente macroeconômico que também inibe exportações de produtos manufaturados pelo Brasil. Em decorrência desses fatos fica desestimulado o crescimento da indústria de alto valor agregado no Brasil, que somente poderá ser alcançado pela retomada de investimentos pelo setor industrial.

Nesse cenário é inegável que em alguns setores da indústria brasileira ocorre uma crescente e pérfida substituição da produção doméstica por produtos importados. A intervenção do Estado visando criar um fundo estabilizador para o câmbio, objetivando permitir que o governo possa atuar como comprador ou vendedor no mercado de dólares para evitar sub ou sobrevalorização do real, além do uso de medidas

fiscais específicas, tem sido sugerida por economistas de renome que alertam para os problemas causados pela apreciação do real e pela instabilidade da taxa cambial. O nosso Banco Central deveria atuar como o banco central norte-americano (FED) que alia o controle da inflação a metas de crescimento econômico e geração de empregos.



A intervenção do Estado visando criar um fundo estabilizador para o câmbio, objetivando permitir que o governo possa atuar como comprador ou vendedor no mercado de dólares para evitar sub ou sobrevalorização do real, além do uso de medidas fiscais específicas, tem sido sugerida por economistas de renome que alertam para os problemas causados pela apreciação do real .



A persistir essa equivocada política cambial de livre fluxo monetário, e na ausência de mecanismos específicos destinados a proteger e a privilegiar a produção nacional para contrabalançar a iniquidade dessa apreciação cambial, certamente desaparecerão as fabricações locais de pro-

duto intermediários da indústria química, mecânica ou eletrônica, que são importantes e estratégicos componentes de diversas cadeias produtivas nacionais.

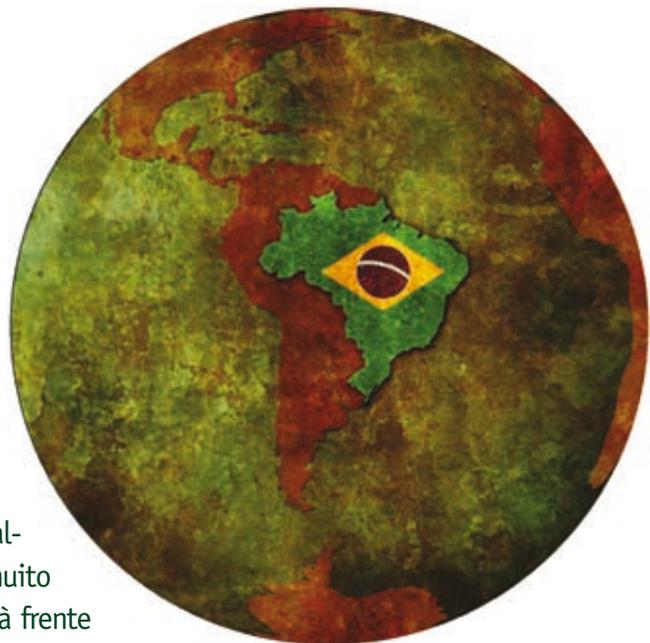
As taxas de juros para capital de giro praticadas no Brasil atingem valores totalmente fora de uma realidade para competição internacional, embora se deva ressaltar que as taxas de juros para investimentos em áreas estratégicas praticadas pelo BNDES são adequadas às necessidades do setor, mesmo que sejam questionáveis critérios administrativos usados para o enquadramento de empresas em linhas de financiamento. Ocorre que os investimentos em áreas prioritárias, incentivados por bancos oficiais para dar retorno, precisam de capital de giro em condições adequadas à concorrência estrangeira.

Nesse cenário pode-se afirmar que a apreciação do real face ao dólar, a imprevisibilidade na variação da taxa cambial, a inexistência de um mercado local de capitais em condições internacionalmente competitivas e a ausência de um dispositivo legal que permita uma leitura da Lei de Licitações que privilegie a produção local em áreas estratégicas para o país - como o complexo industrial da saúde e a defesa nacional, à semelhança do que o Buy American Act promove nos Estados Unidos desde 1933, inviabilizam uma efetiva retomada de investimentos em tais áreas.

A despeito de restar pouco mais de meio ano de governo Lula, ainda há tempo suficiente para se conduzir adequações no marco regulatório acima referido, visando estabelecer condições isonômicas no mercado nacional entre os produtos nacionais e importados, bem como privilegiando a fabricação local de insumos e produtos destinados a atender tais áreas de interesse estratégico para o país, conforme praticado pelas nações de primeiro mundo.

Tais iniciativas, merecendo trato prioritizado no corrente ano, certamente serão respeitadas e aprofundadas pelo novo mandatário do país, se escolhido dentre os candidatos que mais se têm destacado nas pesquisas eleitorais.

Os desafios da química fina para o biênio 2010-2012



Nos últimos dois anos a indústria de química fina pôde comemorar algumas conquistas, especialmente no segmento fármaco-farmacêutico, onde finalmente o produto fabricado no Brasil voltou a contar com algum tipo de preferência nas compras governamentais. Mas ainda há muito por fazer. Aproveitando o momento de otimismo, a ABIFINA colocou à frente de seu Conselho Administrativo um representante da indústria farmoquímica – o empresário Jean Daniel Peter – que ao longo do biênio ora iniciado terá entre seus desafios enfrentar as barreiras políticas que ainda comprometem a competitividade da química fina nacional. Nesta reportagem, empresários e executivos do setor comentam o cenário atual, os problemas pendentes em licitações públicas, incentivo à inovação, registro sanitário, proteção a patentes e política macroeconômica e apresentam suas expectativas para a ação da ABIFINA no futuro próximo.

Compras governamentais: a luta pela isonomia

O uso do poder de compra do Estado em favor do produto fabricado no País é uma das principais bandeiras da Abifina. Não só porque todos os países desenvolvidos lançam mão desse instrumento como forma de apoiar suas indústrias, mas também porque o modelo vigente no Brasil para licitações públicas faz exatamente o contrário: estimula as importações, ao desconsiderar diferenças de tratamento tributário que oneram o produto nacional, bem como diferenças de qualidade entre os produtos oferecidos.

Nicolau Lages, diretor da Nortec Química, lembra que o poder de compra do Estado é um mecanismo de política pública para garantir o desenvolvimento tecnológico e industrial do País e na exata dimensão utilizada por nações de primeiro mundo e emergentes. Jaime Rabi, diretor da Microbiológica, acrescenta que, ao exercer seu arbitramento indutor, o Estado facilita o robustecimento de uma indústria de natureza estratégica

com alto conteúdo tecnológico e dependente, portanto, de recursos humanos de alto nível. “Deste ponto de vista o Estado acaba estimulando a formação de mestres e doutores essenciais para a inovação na indústria. Penso que a empresa favorecida deve oferecer ao Estado uma contrapartida relevante. Além de estar em dia com suas obrigações sociais, ela deve buscar a sua emancipação, tornando-se mais forte tecnologicamente, que é a única forma de alcançar algum nível de competitividade internacional”.

Segundo Antonio Werneck, presidente do Instituto Vital Brazil (IVB), o debate em torno do poder de compra do Estado tem demonstrado que “uma melhor organização da demanda pública pode direcionar e dar estabilidade ao setor industrial para desenvolver insumos e implementar estruturas para prestar serviços, além de concretizar parcerias público-privadas para elevar o grau de independência tecnológica e de conhecimento do País”. Werneck destaca que o Estado dispõe de arcabouço jurídico e instrumentos para criar um ambiente propício à aplicação

dos recursos públicos com transparência, além de estimular a elaboração de projetos consistentes.

Em que pese as boas intenções de alguns órgãos e administradores públicos, o menor preço continua sendo, lamentavelmente, o critério que prevalece nas compras governamentais de produtos farmoquímicos. Segundo Nicolau Lages, esse problema tem sido atribuído exclusivamente à aplicação da Lei 8666 de 1993, que não estabelece os parâmetros necessários para o comprador público realizar uma isonomia tributária e regulatória entre o produto importado e o fabricado no Brasil, mas na verdade ele vai além. “Nas licitações, quase todos os laboratórios oficiais aplicam a Lei 10.520, de 2002, que define claramente tratar-se de um procedimento para compra pelo menor preço, sem levar em conta a qualidade do produto. Essa lei foi criada para agilizar as compras de materiais de escritório, sem qualquer valor agregado, das instituições públicas, não sendo, portanto, apropriada para compras de princípios ativos farmacêuticos e nem de medica-



Rodrigo Pinto

mentos. Uma boa prova disso é que ela inverte as etapas (atos administrativos) de um processo licitatório, colocando a etapa de classificação antes da etapa de qualificação. Ou seja, primeiro define o vencedor, depois vai avaliar a qualidade do seu produto. É claro que isto dá margem, inclusive, a atos ilícitos”.

Jaime Rabi prefere comentar essa distorção na política pública de saúde lembrando um exemplo concreto. “Tenho certeza de que, se o poder de compra do Estado tivesse sido exercido de forma constante e correta por um Estado exigente e comprometido com a qualidade e com a tecnologia nacional, o programa nacional de AIDS teria sido um veículo extraordinário para a alavancagem em nível internacional de empresas como a Microbiológica, que, tendo desenvolvido suas próprias tecnologias para vários antirretrovirais, teve que suspender essa produção diante da impossibilidade de competir com empresas desqualificadas aceitas de braços abertos por dirigentes imediatistas, cujo único objetivo era o menor preço”. Rabi esclarece que esta prática foi facilitada pela grande flexibilidade das especificações sugeridas pelos laboratórios farmacêuticos estatais, que fizeram com que produtos fora dos padrões farmacopéicos fossem comprados com recursos públicos. “Sabemos também que esta aberração foi seguida por outra na tentativa de ‘salvar’ produtos condenados” – acrescenta Rabi. “Tentou-se, e

talvez ainda se continue tentando, ‘purificar’ os produtos desqualificados comprados pelo menor preço, como se esta maquiagem tornasse aceitável o produto rejeitado. Enfim, esta prática explica, entre outras razões, porque até agora, depois de tantos anos, o país ainda não tem antirretrovirais genéricos de qualidade. Evidentemente, as empresas que se prestaram a esse tipo de resgate de produtos rejeitados contribuíram e continuam contribuindo para acobertar práticas inaceitáveis na fabricação de IFAs (insumos farmacêuticos ativos) para uso humano”.

Na opinião de Antonio Werneck, ao usar somente o critério financeiro pode-se realmente trazer prejuízos à qualidade dos insumos e, em consequência, danos ao produto final. Ele está convencido de que a chamada política do menor preço, que é um ditame da lei de licitações, “deve ser sempre integrada à necessidade técnica”. O problema é que a falta de isonomia nas licitações públicas vai minando as forças da indústria nacional. O presidente do IVB admite a gravidade dessa distorção, “que afeta indiscutivelmente vários setores de nossa economia, especialmente se considerarmos a escala de produção de alguns produtos”. E observa que o grande prejuízo é não se estabelecerem relações comerciais duradouras que qualifiquem os insumos a serem utilizados nos produtos. A perda de qualidade e a insegurança das relações comerciais são, afinal, efeitos inevitáveis quando se lida com fornece-



Nicolau Lages

dores não qualificados.

Para o diretor da Nortec, Nicolau Lages, o alijamento da indústria local tem consequências mais graves, como por exemplo a estagnação tecnológica do País neste segmento. “De um lado temos a perda de competitividade das empresas nacionais, porque o processo compara produtos importados da China e/ou da Índia, fabricados sem a menor qualidade sanitária, com produtos que são fabricados no País atendendo a todas as exigências sanitárias da Anvisa, além das exigências ambientais dos órgãos controladores do meio ambiente. De outro lado, temos o risco sanitário com o qual a população brasileira tem convivido pelo consumo de substâncias fabricadas sem o menor controle de boas práticas de fabricação”, esclarece Lages.

Registro sanitário: progressos e deficiências

Parece ser consenso na indústria de química fina a idéia de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vem atuando de forma mais positiva nos últimos anos. Mas ainda há muito o que melhorar. Para Nicolau Lages, um estímulo mais claro ao desenvolvimento tecnológico e uma maior integração do segmento de fármacos e medicamentos poderiam ser contribuições da Anvisa para dar sustentabilidade ao setor. Alcebiades Athayde, presidente da Libbs, acrescenta que, embora a agência tenha muita competência para avançarmos é necessário uma maior agilidade. Não quero dizer que não haja necessidade de rigor técnico, mas acho que a Anvisa deveria ter um ritmo em consonância com o momento de desenvolvimento do setor farmacêutico brasileiro”.

Dante Alario Junior, presidente da Biolab Sanus, também reconhece que a agência deu um salto qualitativo nos últimos anos e afirma que “o setor se enquadrou nessa nova normativa e a qualidade cresceu”. Por outro lado, ele tem a mesma percepção de Athayde sobre a demora no andamento dos processos e atribui esse fato a uma falta de organicidade na estrutura da Anvisa. “Aquilo que muitas vezes discutimos ao nível de diretoria da agência e



Ciro Mortella

que, de alguma forma, produz concordância, infelizmente não encontra eco nos escalões inferiores. Isto faz com que a Anvisa se torne lenta nas decisões, o que é muito ruim para os setores farmacêutico e agroquímico, pois já se gasta um tempo enorme para desenvolver os produtos. Depois, temos que ficar aguardando por vários meses, ou até mesmo anos, para recebermos o registro e somente então colocarmos o produto no mercado. É isso que tem que ser melhorado, e urgentemente”.

Na opinião de Odilon Costa, diretor da Cristália, as dificuldades de relacionamento da indústria com a Anvisa podem desaparecer na medida em que a agência ajuste suas práticas à política industrial definida pelo governo. “Existe uma distância entre a atuação e a regulação. Esta é muito bem estruturada em relação a outros países, mas precisa haver um cuidado especial com a política industrial. A EMEA (European Medicines Agency) e a FDA (Food and Drug Administration), por exemplo, desenvolvem o sistema regulatório a partir de uma política industrial e de acordo com os interesses estratégicos dos respectivos países”.

Para Luis Henrique Rahmeier, diretor da Nufarm, a melhoria do diálogo entre os órgãos reguladores e as empresas reguladas é o que falta para aperfeiçoar o sistema de registro. No caso dos agroquímicos a questão é mais complexa, porque o registro é tripartite, compartilhado pela Anvisa, o Ibama e o Ministério da Agricultura. “Temos exemplos de interpretações diferentes desses órgãos sobre o mesmo assunto, o que retarda o andamento dos processos”.

Inovação tecnológica: um desafio constante

Como suportar os custos e os riscos envolvidos no processo de inovação tecnológica é um assunto sobre o qual o setor de química fina não tem consenso formado. Para Jaime Rabi, a atual política de incentivos fiscais e subvenção econômica à inovação “pode estar excluindo muitas pequenas empresas de grande conteúdo tecnológico, que deveriam ser estimuladas com incentivos fiscais adequados”. De forma geral, embora ele acredite que a forma como a subvenção vem sendo aplicada atende em parte às necessidades da indústria, sua aposta é a de que o sistema de encomendas tecnológicas funcionaria melhor. “Considero o exercício do poder de compra do Estado a melhor forma de subvenção econômica. O foco neste caso é no produto, e não num projeto. A produção é uma atividade estruturante que pode, quando adequadamente orientada e desenvolvida, constituir-se em fonte de inovação”.

Odilon Costa relativiza a idéia de que as pequenas empresas estão sendo excluídas do sistema de apoio à inovação. “Essa exclusão, em tese, não é definitiva. Depende de como a empresa se qualifica e como ela negocia dentro do sistema”. O diretor da Cristália reconhece que no modelo atual as grandes empresas têm maior retorno, no que tange à utilização dos mecanismos de incentivo à inovação, e sugere que seja feita uma reclassificação para resolver isso. Quanto à baixa expressividade dos indicadores de P&D e inovação, ele entende que a única maneira de o País reverter esse quadro é



Ulrich Meier

instaurar um processo em nível nacional de formação de uma cultura da inovação, inclusive entre o empresariado.

No segmento dos insumos da química fina para a indústria do petróleo, as pressões para inovação tecnológica são crescentes, segundo Rodrigo Pinto, diretor da FCC. A forte participação da Petrobras em todos os segmentos da cadeia petroquímica é um extraordinário incentivo, mas ainda assim os desafios tecnológicos gerados pelos novos processos e demandas da área de refino exigem esforço e investimentos em P&D numa dimensão que poucas empresas no mundo têm condições de suportar, afirma Pinto. A FCC pretende se tornar um grande player no promissor segmento dos catalisadores para hidrotreamento de combustíveis, que está ligado à necessidade das refinarias de produzirem combustíveis cada vez mais limpos. Para galgar posições nesse mercado, os investimentos não são pequenos e o custo do financiamento no Brasil é alto. “Mas essas dificuldades devem ser vistas por nós como mais uma motivação para continuar a eterna luta para manter nosso país na vanguarda tecnológica da química fina em geral e da catálise em particular”.

Investir nos elos estratégicos da cadeia produtiva também é uma preocupação constante do segmento fármaco-farmacêutico, e que afeta diretamente o seu ímpeto inovador. Para Alcebíades Athayde, “a verticalização da cadeia de medicamentos é fundamental para o desenvolvimento da base farmacêutica brasileira, uma vez que a tecnologia e o conhecimento envolvidos na produção de fármacos podem ser diretamente aplicados no desenvolvimento de novos produtos, além de proporcionar ao Brasil maior independência de ação em momentos de crise”. Em sua opinião, “um país que não detém tecnologia de síntese de farmoquímicos fica refém da produção internacional, o que pode significar altos preços, baixa qualidade e outras limitações”.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é hoje, indiscutivelmente, o grande agente financeiro comprometido com a política industrial e de desenvolvimento tecnológico. Mas o setor de química fina ainda se ressentia da falta de uma atenção mais específica, que permita recuperar o terreno perdido

na década de 1990 a partir do sucateamento da produção doméstica provocado pela indiscriminada abertura do mercado brasileiro às importações.

Hayne Felipe, diretor de Farmanguinhos, acredita que, se as linhas de financiamento do BNDES fossem compatíveis com a condição financeira da indústria farmoquímica brasileira, “este seria o caminho ideal para reconstituir o parque nacional, principalmente na produção de insumos relacionados a doenças de maior prevalência na nossa população”. Mario França, consultor da ABL, vai mais longe e comenta que a atuação do banco é muito comercial e pouco desenvolvimentista. “O BNDES é uma instituição que hoje compete com Itaú, Bradesco etc, quando na verdade deveria ter uma visão mais promotora do desenvolvimento. Em vez de agir como um banco de fomento, ele cria dificuldades em função da rigidez de suas normas e do modo como trata as negociações com empresas privadas”.

Nessa mesma linha de argumentação, Rodrigo Pinto acrescenta que a classificação do porte das empresas adotada pelo BNDES gera dificuldades adicionais. “Por exemplo, ele considera grande empresa aquela com faturamento anual acima de 60 milhões de reais, nível que hoje em dia é alcançado facilmente por uma cadeia de lanchonetes. Isto significa que uma empresa que fatura 100 milhões por ano é tratada do mesmo jeito que a Volkswagen, por exemplo, que fatura bilhões por ano”.

Ulrich Meier, diretor-presidente da Servatis, reforça esse tópico e pleiteia que o BNDES melhore sua agilidade na concessão de financiamentos para pequenas e médias empresas, não só revendo seus critérios de classificação do porte das empresas como também organizando núcleos dentro da área industrial para atendimento específico a pequenas e médias empresas; estabelecendo um procedimento simples baseado em cronograma para a análise dos pedidos de financiamento, e adaptando a documentação de requerimento de forma a tornar o processo mais acessível às pequenas e médias empresas.

Especificamente no que concerne ao Programa Profarma, Josimar Henrique, diretor-presidente do Hebron, entende que

o BNDES precisa ainda atentar para alguns aspectos relevantes que têm passado despercebidos. Um deles é que “a pesquisa ou inovação tecnológica necessariamente não se dá no âmbito da academia, mas sim da indústria. É a indústria e não a academia que consegue enxergar a necessidade e a dinâmica do mercado”. Outro aspecto é o fato de que tanto a inovação quanto a pesquisa podem ser desenvolvidas por pequenas e médias empresas, ou mesmo por pesquisadores isoladamente, e não necessariamente dentro de mega-corporações”.

O BNDES não conseguiu, segundo o presidente do Hebron, enxergar pequenas e médias empresas que têm poder de alavanca-gem tecnológica. “O fato de estar ‘fissurado’ apenas na criação da ‘Big Farma’ o impede de entender que este caminho não atende aos anseios de um país com 200 milhões de habitantes que nunca desenvolveu um anti-biótico, um hormônio ou coisa parecida”.

Patentes industriais: como calibrar o sistema

Patente, sim; abuso, não. Assim se resume a opinião, unânime entre as empresas nacionais de química fina, sobre como o Brasil deve tratar a proteção aos direitos de propriedade industrial. Rahmeier comenta porque a patente é um instrumento a ser preservado, porém com limites. “Ela é um prêmio para aquele que investe, que arrisca na tecnologia e merece um retorno por isso. Mas real-



Hayne Felipe



Dante Alario

mente o abuso, a extensão dos prazos ou a concessão de patentes que realmente são inócuas do ponto de vista da evolução tecnológica, isto deve ser evitado ao máximo porque, em lugar de promover a evolução e a competição, só desestimula quem quer inovar em benefício do consumidor e da sociedade em geral. Este é um grande problema não só no Brasil, mas no mundo todo: patentes que apenas são figuras de linguagem e novos remédios de algo já existente, que travam a competição”.

Ciro Mortella, diretor de Propriedade Intelectual da ABIFINA, também reitera que o sistema de patentes é fundamental para garantir o retorno dos investimentos aplicados na inovação, funcionando, além disso, como um mecanismo de incentivo à transformação do conhecimento em tecnologia nas empresas. Ele entende, por outro lado, que é essencial o cuidado e a excelência técnica na aplicação das normas, e que é preciso garantir que os avanços científicos alcancem o domínio público, gerando mais inovação. “Os abusos do marco regulatório constituem por si só um impedimento à livre iniciativa e à concorrência. No caso específico das patentes de medicamentos, o uso indevido da proteção não é só uma barreira à entrada de novos concorrentes, mas acaba por onerar o sistema de saúde e prejudicar o acesso dos pacientes ao tratamento”. Mortella pondera que a aplicação



Josimar Henrique

adequada do marco regulatório em propriedade intelectual pressupõe celeridade e qualidade na concessão da patente, bem como atuação do poder judiciário na rejeição das ações temerárias.

“O sistema deve ser em primeiro lugar eficiente e cuidadoso na análise e na concessão das patentes” – acrescenta o diretor da Eurofarma. “Por outro lado, normas pouco claras abrem espaço para contestação, inclusive judicial, o que acaba se transformando numa fonte geradora de indefinição e de abusos. Portanto, o sistema deve garantir a eficiência, a transparência e a clareza das normas”. Cabe ao poder público, segundo Mortella, zelar pelo equilíbrio no uso dos direitos de propriedade industrial. “As empresas naturalmente vão fazer o possível para extrair de qualquer situação de mercado



Antônio Werneck

a otimização de seus resultados. A proteção do ambiente concorrencial passa por um marco de regulação econômica bem definido, e também pela eliminação de barreiras à entrada de novos participantes. Nesse sentido, considerando que na atualidade os mercados adquirem relevância global, é fundamental também que o País faça opções estratégicas orientadas à proteção da concorrência no mercado interno e à garantia dos interesses nacionais”.

Na opinião de Mortella, a atuação do INPI melhorou muito nos últimos anos. Entretanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que as agências e institutos de regulação brasileiros atendam plenamente às necessidades, não só do setor produtivo como também do próprio interesse público. “É um processo de construção que passa pelo aparelhamento adequado, a discussão e a definição das normas, e também por diretrizes de política industrial e de saúde, atuais e avançadas”.

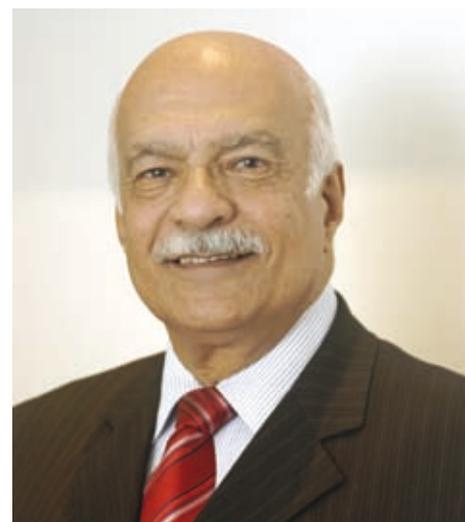
Política cambial: faca de dois gumes

A estabilidade macroeconômica alcançada pelo Brasil nos últimos quinze anos se fundamentou numa política de câmbio e juros que, sabidamente, corrói a competitividade do produto fabricado no Brasil. Esse efeito deletério é percebido com maior ou menor intensidade pelas empresas conforme o segmento da química fina em que elas se localizam. Dante Alario acha complicado analisar a taxa de câmbio, pois “quando ela varia para baixo é ótimo para o setor, mas quando varia para cima é uma loucura. Eu diria que até agora ela foi benéfica para o setor porque, nos últimos anos, variou para baixo, e isto fez com que os preços dos genéricos não subissem tanto”. Porém, ele reconhece que a instabilidade cambial é por si só um problema e lembra que “basta o euro se valorizar, ou o dólar, e imediatamente isto irá se refletir no setor farmacêutico”.

Hayne Felipe enxerga a política cambial como uma faca de dois gumes. “Por um lado ela atrapalha o processo de exportação, pois o mercado internacional é um mercado a se buscar; mas por outro lado cria dificuldades a partir de uma facilidade, no caso da taxa negativa para as exportações aqui. É uma área que sofre desequilíbrio, dependendo do momento e da economia global”. Rodrigo Pinto também relativiza os efeitos negativos da apreciação do real. “Sendo a nossa despesa em dólares e a nossa receita em reais, quando o dólar cai é muito bom para nós, porém para outras empresas creio que não tenha sido tão bom assim. Mas quando a taxa fica estável acredito que seja bom para todos, pois se tem tempo para planejar”.

Na opinião de Ulrich Meier a taxa cambial deve permanecer livre e sujeita apenas a intervenções estratégicas do Banco Central. “Em compensação, os custos do hedge devem ser bastante reduzidos e se for necessário subsidiados pelo governo”. Entre os empresários e executivos ouvidos, Mário França, como empresário atuante em segmento produtivo que compete diretamente com produtores chineses que sabidamente mantêm o yen desvalorizado em relação ao dólar, é veemente ao enfatizar o problema do desestímulo à produção local. “Para o nosso setor a atual taxa de câmbio é prejudicial. Quanto mais baixo o dólar, mais difícil segurar a competitividade”, afirma.

Por outro lado, na questão dos juros é unân-



Odilon Costa

nime a opinião de que a indústria brasileira tem sido profundamente desfavorecida. Dante Alario comenta que juros de 1,5% ou 2% ao mês ainda são muito altos se comparados com os de fora. “Temos recebido ofertas no exterior para compra de equipamentos e os juros estipulados andam na casa de 2% a 3% ao ano. Portanto ainda estamos muito longe de um equilíbrio e com isso a nossa competitividade cai, pois a taxa de juros é um dos fatores que pesam na composição do custo do produto”.

Para Hayne Felipe, “é incômoda a posição que o Brasil ocupa, a de maior taxa de juros do mundo”. Embora, no seu entender, a política de juros deva estar a serviço do controle da inflação, ele pondera que hoje há “uma necessidade de acreditar que nossa economia já tem fundamentos sólidos e talvez o temor da inflação possa ser substituído por uma aposta no crescimento do País”.

Ulrich Meier considera que a taxa de juros para o setor produtivo continua alta demais e sugere, pragmaticamente, que o governo institua uma selic diferenciada para créditos produtivos. Mário França também idealiza uma taxa de juros mais favorável à produção local - mais compatível, por exemplo, com as da China e da Índia - lembrando que os níveis atuais no Brasil dificultam o investidor nacional no seu planejamento de investimentos. “A taxa de juros praticada no Brasil é ultrajante”, resume.

Abifina: unindo forças pela indústria nacional



Alcebiades Athayde

A capacidade de unir segmentos heterogêneos em sua natureza, porém todos de alto valor agregado na indústria química dedicada à fabricação de intermediários químicos de uso (produtos de performance) e especialidades da química fina, em torno de objetivos comuns e também de entrelaçar suas propostas em comum sobre questões mais relevantes do ponto de vista econômico e social, fazem da ABIFINA, na opinião dos entrevistados, uma das entidades mais respeitadas do País no setor químico. Richard Kessedjian, diretor da Alfa Rio Química, acredita que a ABIFINA se distingue, efetivamente, pela união de diferentes segmentos, “coisa que não acontece em outras associações, e essa união é fundamental”. “Existem várias empresas aqui dentro, nacionais ou não, mas todas elas produzem e investem aqui no País. Esse é o componente de grande convergência das empresas nesta entidade”, afirma Dante Alario.

Odilon Costa também observa que, enquanto outras entidades estão muito segmentadas e não têm uma representatividade nacional, “a ABIFINA é uma associação multissetorial focada na industrialização do País”. Para Rodrigo Pinto, a entidade está ganhando cada vez mais peso com o passar dos anos e isto se deve à “sua enorme capacidade de agregar, de reunir todos em torno de objetivos comuns”.

Alcebiades Athayde destaca a importância da ABIFINA na aproximação entre as empresas e o governo. Hayne Felipe reforça esse ponto de vista e aponta a ABIFINA como “a peça fundamental para a busca de um caminho favorável ao fortalecimento do setor farmoquímico nacional. Ela hoje tem toda a representatividade e legitimidade para lutar pelos nossos interesses”. Mário França atribui o prestígio da ABIFINA ao fato de ser uma das poucas entidades que têm trabalhado firmes nas questões relacionadas ao desenvolvimento do País, e destaca como um elemento-chave desse trabalho a valorização do conceito de Poder de Compra do Estado. Kessedjian também privilegia esse aspecto da atuação da ABIFINA e sublinha que “o certo é comprar no Brasil”.

Na opinião de Ciro Mortella, a importância crescente adquirida pela ABIFINA é resultado de “suas posições coerentes e firmes, que



Luis Henrique Rahmeier

vêm ao longo dos anos se constituindo numa referência para o setor produtivo nacional. É a entidade que apresenta o conteúdo programático mais consistente e definido. E o tem defendido com clareza e competência ímpares”. Josimar Henrique sintetiza: “A ABIFINA é hoje a mais respeitada associação nacional da classe farmacêutica e química, por isso tem interlocução direta com os poderes constituídos”. Luis Henrique Rahmeier acrescenta que a atuação da ABIFINA na questão das patentes é essencial. “Sua participação no último seminário promovido pela Anvisa sobre dados proprietários no setor de agroquímicos, mostrou realmente o conhecimento de causa da entidade e o seu compromisso com uma defesa não só do segmento, mas da sociedade”.

Para Ciro Mortella, o grande desafio à frente está no campo parlamentar e na regulação sanitária. “Em 2010, particularmente, vamos ter muito trabalho e debates importantes. Creio que a ABIFINA está à altura da pauta que se apresenta ao setor”. Josimar Henrique também aposta numa atuação consistente e pró-ativa junto ao Congresso Nacional, “no sentido de mostrar aos senhores parlamentares a importância estratégica desses setores para o país”. E Nicolau Lages lembra que, por ser este um ano de eleições, a ABIFINA deve trabalhar também na sensibilização dos candidatos para a necessidade de uma política industrial que mereça este nome. No mais, deve manter sua tradicional linha de atuação, “porque tem dado certo e ainda há muito o que fazer”.

Eleitos novos dirigentes da ABIFINA para o Biênio 2010/2012

Em Assembléia Geral Ordinária, a ABIFINA elegeu em 31 de março, o corpo de dirigentes da entidade para o biênio que se inicia em 1ª de abril de 2010 com término em 30 de março de 2012. A cerimônia de posse ocorreu na mesma data, seguida de um coquetel comemorativo ao evento. Foram eleitos:

Presidente

- Jean Daniel Peter

Vice-Presidentes

- Nelson Brasil de Oliveira - 1º Vice-Presidente
- Marcos Henrique de Castro Oliveira - Vice-Presidente de Planejamento
- Dante Alario Junior - Vice-Presidente Setor Farmacêutico
- Ogari de Castro Pacheco - Vice-Presidente Setor Farmacêutico
- Tarciso Bonachela - Vice-Presidente Setor Agroquímico
- Luiz Henrique Rahmeier - Vice-Presidente Setor Agroquímico
- Nicolau Lages - Vice-Presidente Setor Farmoquímico
- Lélío Maçaira - Vice-Presidente Setor Químico

Diretores Temáticos

- Josimar Henrique da Silva - Diretor de Assuntos Parlamentares
- Telma Salles - Diretor de Relações Institucionais
- Ciro Mortella - Diretor de Assuntos da Propriedade Intelectual
- Poliana Emília Botelho Silva - Diretor de Estudos da Biodiversidade
- Odilon José da Costa Filho - Diretor de Assuntos Regulatórios Farmoquímicos
- João Henrique Alarcon Alegro - Diretor de Assuntos Regulatórios Agroquímicos

Conselheiros Gerais

- Antônio Berdge Kessedjan
- Antônio Joaquim Werneck de Castro
- Hayne Felipe da Silva
- Mario Luiz da França Camargo
- Rodrigo Coelho Pinto
- Ulrich Meier



Jean D. Peter, Rodrigo Pinto, Antônio Berdge, Richard Kessedjian, Edson Kleiber, Lélío Maçaira, Odilon Costa

Conselho Fiscal

- José de Mello Loureiro Cardoso
- Luiz José Fraga Moreira Traldi
- Marcelo Henriques de Castro

Conselho Consultivo

- Akira Homma
- Alcebíades de Mendonça Athayde
- Eduardo de Azeredo Costa
- Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
- Fernando de Castro Marques
- Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni
- Paulo Cezar Amaro Aquino
- Pedro Wongtschowski
- Vinzenz Plörer

Recebemos várias manifestações de congratulações aos novos dirigentes, que registramos a seguir: Franco Pallamolla, Ricardo Maranhão, Nelson Chachamovitz, José Fernando Leme Magalhães, Newton Silveira, Luiz Leonardos, Adriana Diaferia, Luiz Moreira de Castro, Nelson Reis, Paulo Bancovsky, José Correia da Silva, Gloria Marcia Percinoto, Antônio Britto, Jussara Greco, Benedicto Fonseca Moreira, Cícero Gontijo, Sônia Soares Costa, Maçao Tadano, Paulo Roberto Cruz, Rosária Costa Baptista, Reinaldo Guimarães, Reinaldo Dias Ferraz de Souza, Vânia Lindoso, Dirceu Barbano, Ozires Silva, Lia Hasenclever, Brigadeiro Sergio Ferolla.



Jean D. Peter, Marcos Oliveira e Ciro Mortella



Jean D. Peter e Nelson Brasil



Richard Kessedjian, Edson Kleiber, Lelio Maçaira, Telma Salles e Antônio Berdge



Plenário



Vinzenz Plorer, Telma Salles e Jean D. Peter



Edward Achterberg, João Alegro e Luis Henrique Rahmeier



Mario França, Nelson Brasil e Alcebiades de Mendonça Athayde



Artur Couto, Hayne Felipe e Nicolau Lages

“Nossa associação tem uma personalidade e um norte que precisam ser preservados”

Jean Peter • presidente da ABIFINA



Jean Peter acaba de assumir a presidência da ABIFINA para a gestão 2010-2012. À sua frente, a missão de incentivar o desenvolvimento do setor de química fina nacional no momento em que o mundo busca uma via sustentável para o crescimento. O engenheiro mecânico, formado na Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça, acompanhou momentos iniciais da implantação da indústria química brasileira. Em 1967, ingressou na multinacional norte-americana Union Carbide, em que chegou a diretor da Divisão Polietileno, presidente no Brasil e presidente regional para América Latina e África do Sul, entre outros cargos. Hoje, com quarenta anos de profissão, é sócio e diretor superintendente da Globe Química.

O novo presidente da ABIFINA, que vivenciou diferentes etapas da história político-econômica brasileira, critica as iniciativas existentes para fomentar a produção de química fina. Para ele, o país promove a inovação, até mesmo radical, antes de ter uma indústria consolidada para aplicá-la - uma política de resultados nulos. Porém, visionário, faz questão de manter o ânimo característico da liderança - habilidade comprovada em seus hobbies de pilotar e velejar. “O Brasil tem tudo para dar certo: recursos, pessoas e instituições. Podemos, sim, construir uma indústria de qualidade”.

Quais são os planos de sua gestão frente à ABIFINA?

A ABIFINA tem uma personalidade e um norte que precisam ser preservados. É uma associação brasileira que defende os interesses dos brasileiros e, mais especificamente, da indústria brasileira de química fina. Porém, não sou nacionalista a ponto de dizer que a ABIFINA não possa ter, como associadas, empresas de capital estrangeiro. Estou aberto a essa idéia - defender o oposto iria contra minha própria história profissional. Mas essas corporações devem estar aqui segundo os interesses do Brasil. A ABIFINA ajuda o país a crescer, ao fornecer conhecimento, propostas e projetos, além de cobrar ações do governo. Nos próximos seis meses, a entidade deve

determinar seus objetivos em suas linhas de atuação e as ações práticas para avançar nessa direção.

Prevê novas oportunidades de crescimento para a indústria farmoquímica nacional?

Não acredito na estabilidade mundial de longo prazo. Penso que a indústria farmoquímica deixará de ficar concentrada na Índia, China e Europa.

Quanto mais a China crescer, mais precisará enfrentar seus problemas de meio ambiente e da baixa qualidade de vida da sua população. E, com isso, os preços subirão. A sociedade corre um grande risco ao depender de uma única fonte de fornecimento com esse nível de insegurança.

Nossa indústria de genéricos e de similares se mantém à base de produtos indianos e chineses. O Brasil precisa refletir: e se houver um conflito militar

“A desindustrialização resulta da combinação de altas taxas de juros, câmbio flutuante, impostos pesados, burocracia infernal e infraestrutura deficiente.”

nessas regiões? Se houver um súbito desabastecimento? Não teríamos para onde recorrer, pois contamos com poucas indústrias. Precisamos de um planejamento estratégico para desenvolver nossa indústria de química fina. A ABIFINA é o fórum para se discutir a questão.

Pesquisas recentes apontam um claro sinal de desindustrialização do país. Qual é o papel da taxa de juros e do câmbio nesse processo?

Os princípios econômicos que levaram à estabilidade se basearam em uma taxa de juros atrativa e no câmbio flutuante. Em paralelo, tivemos grande alta nos preços das commodities. O país se tornou estável, passou a receber grande fluxo de capital externo e, ao mesmo tempo, constituiu uma balança de pagamentos favorável. Por outro lado, criamos o mesmo problema da Noruega, onde o descobrimento do petróleo levou à exportação desse bem e à importação de todo o resto. É evidente que os juros constituem a principal barreira à competitividade, porém não devemos olhá-lo isoladamente. A desindustrialização resulta da combinação de altas taxas de juros, câmbio flutuante, impostos pesados, burocracia infernal e infraestrutura deficiente. O Brasil cobra imposto sobre o produto que ainda não foi vendido!

Como avalia a proposta do Banco Central criar um sistema de metas de câmbio, semelhante às metas de inflação?

É difícil controlar dois fatores em que um é consequência do outro. Se o governo não precisasse de superávit tão alto para dar segurança a seus credores, a taxa de juros diminuiria. Neste cenário, o câmbio é o fator menos relevante, pois, se o governo reduz a taxa de juros e os impostos, a indústria se torna mais competitiva. Precisamos atacar as causas da baixa competitividade. Uma alternativa seria aumentar as tarifas de importação de produtos sensíveis. Devemos, também, acelerar o processo de industrialização para produzir em escala e mirar o mercado externo. Todas as

“ A inovação só é útil quando já se produz. A China, a Índia e o Japão começaram produzindo o que já existia no mercado. Sem ter fábrica, produção, técnicos, operadores, gerentes - ou seja, uma estrutura que saiba fazer e acontecer - não avançaremos. ”

empresas - pequenas, médias e grandes - deveriam exportar para serem competitivas. Trata-se de um problema de política econômica.

A indústria química é intensiva em conhecimento e em capital. Os custos de investimento no Brasil são comparáveis aos de outros países de alto desenvolvimento relativo, como Índia e China?

Não, são muito maiores. Nosso único fornecedor de capital a custo razoável é o BNDES, que não atende a todos. Vários associados da ABIFINA, por exemplo, não têm acesso aos recursos da instituição. Pagamos juros em torno de 2% ao mês, enquanto o concorrente no exterior paga, no máximo, 0,7%. Hoje, o crédito no mercado internacional custa 5% ao ano. Já no Brasil, são 24%. Como investir com esse custo? Não se investe.

Para romper a dependência externa, o país precisa de medidas específicas para a química fina, como o uso do poder de compra do Estado?

O uso do poder de compra do Estado precisa ser ampliado para todos os laboratórios oficiais. Porém, há outras questões. No Brasil, sempre falamos que é preciso, antes de tudo, inovar. Sou contra este pensamento. Necessitamos, primeiramente, produzir. A inovação só é útil quando já se produz. A China, a Índia e o Japão começaram produzindo o que já existia no mercado. Sem ter fábrica, produção, técnicos, operadores,

gerentes - ou seja, uma estrutura que saiba fazer e acontecer - não avançaremos. Além disso, o BNDES deveria incentivar a indústria farmacêutica a consumir produtos fabricados no país, como um programa subsidiado pelo governo.

Quais são as dificuldades para viabilizar as parcerias público-privadas direcionadas à produção de fármacos e medicamentos no país?

O processo ainda está em formação, mas, desde já, acredito que exista um problema público e privado. Os laboratórios públicos, com poucas exceções, precisam de grandes investimentos em equipamentos e competências. Junto a isso, existe uma cultura de se estabelecer metas ambiciosíssimas para uma capacidade limitada de produção. Precisamos colocar o pé no chão, fazer menos e melhor.

Desde a Lei do Bem e a Lei de Inovação, o Brasil vem aumentando o apoio governamental a P&D&I. Porém, a química fina continua a gerar um dos maiores déficits setoriais em contas externas. O que está faltando?

Inverto a pergunta: o que seria melhor que investir tanto em P&D&I? Investir na produção de itens básicos, mesmo que de forma subsidiada. Desenvolvemos tecnologias de ponta, mas não temos onde aplicá-las. O Brasil tem tudo para dar certo: recursos, pessoas e instituições. Podemos, sim, construir uma indústria de qualidade, se fizermos o dever de casa corretamente.

Câmbio: lições da história, tangos, aranhas e leões

Marcelo Curado • *doutor em Economia pela Unicamp e vice-diretor do setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR*
 João Basílio Pereira • *professor de Economia e vice chefe do departamento de Economia da UFPR*

Historicamente, a gestão da política cambial é um elemento central da política econômica das nações.

Ao longo dos últimos anos vem sendo realizado um amplo debate sobre a condução da política cambial no Brasil. Recentemente, o debate intensificou-se em função das declarações do presidente do PSDB sobre possíveis mudanças que seriam feitas na política cambial caso o partido eleja o próximo presidente. Um dos aspectos mais marcantes desse debate é a insistência de um grupo de economistas conservadores em afirmar que a taxa de câmbio deve ser determinada exclusivamente a partir das “livres forças do mercado”, ficando o Banco Central restrito a acomodar movimentos especulativos.

O problema desse argumento é que historicamente a taxa de câmbio, dada sua importância, é alvo de ações governamentais, particularmente de países desenvolvidos, que na prática impedem que o mercado determine a taxa de câmbio. A história econômica contemporânea é rica em exemplos da importância dispensada pelas nações ao comportamento do câmbio e do seu uso complementar às estratégias de crescimento.

Nas décadas de 1920 e 1930 diversas nações, hoje desenvolvidas, desvalorizaram suas moedas como forma de obter ganhos no comércio internacional. Essas práticas ficaram conhecidas na literatura econômica como “política de empobrecimento da vizinhança” e são exemplos concretos da utilização do câmbio com objetivo

explícito de ampliar as exportações e promover o crescimento. Naquele período a utilização generalizada da estratégia culminou em práticas agressivas no comércio internacional. Disputas econômicas somaram-se a disputas políticas com a eclosão de guerras. Os países passaram a administrar suas taxas de câmbio como resposta ao período de liberalização financeira, comercial e globalização que vigorou nos anos 1840-1915. A Grã-Bretanha, por exemplo, adotou, a partir de 1932, uma política de desvalorização administrada da libra, como complemento à política macroeconômica voltada ao crescimento. A mesma estratégia foi seguida pelos EUA em 1933.

No período seguinte, após 1948, durante a era de Bretton Woods, encerrada em 1973, os países desenvolvidos coordenaram suas políticas cambiais com o objetivo de manter as moedas parcialmente fixas e eliminar volatilidade e risco cambial, obtendo condições necessárias para impulsionar o comércio internacional e o desenvolvimento. Esse período de câmbio coordenado foi uma resposta às instáveis décadas de 1920 e 1930.

No ciclo atual, pós-Bretton Woods, mesmo a adoção de regimes de câmbio flutuante não tem evitado que países interfiram no mecanismo de mercado com a intenção de administrar as taxas. E diversos são os exemplos. Em 1979, a brutal elevação da taxa de juros norte-americana tinha como objetivo, além de amenizar as pressões inflacionárias, promover a atração de capitais e rever-

ter a tendência de desvalorização do dólar verificada entre 1973 e 1979.

Após as crises cambiais que assolaram os países emergentes na década de 1990, tem-se observado a ampla utilização - sobretudo nos países asiáticos - da estratégia de crescimento puxado pelas exportações mantidas por câmbio desvalorizado. A política cambial chinesa, num contexto em que as forças de mercado deveriam conduzir para sua valorização, é o exemplo mais bem acabado. A crise que abalou a economia mundial, ainda que tenha aumentado a importância do mercado doméstico para a China, não alterou sua estratégia de forte intervenção com intuito de impedir a natural valorização do yuan.

A fim de reduzir o imenso desequilíbrio externo, os EUA têm adotado nos últimos anos uma estratégia de desvalorização do dólar como forma de defesa à política cambial chinesa. Num gráfico temporal, as duas moedas descrevem trajetórias idênticas, como se estivessem dançando um tango.

Longe de fornecerem um retrato completo do tema, os exemplos elencados evidenciam que a taxa de câmbio na prática não é determinada exclusivamente pelo livre mecanismo de mercado. Pelo contrário, os exemplos alertam que a gestão da política cambial é historicamente um elemento central da política econômica das nações.

Seria muito mais salutar, seja com o governo que está saindo, seja com o que vai entrar (ou continuar), que o país adotasse uma política macroeconômica e, em especial, uma política

cambial baseada mais no pragmatismo do que na economia pura. A determinação da taxa de câmbio não é apenas uma questão de teoria econômica e de livre mercado. Ela não depende apenas das leis de oferta e procura de divisas, mas também do que os outros países estão fazendo. Em matéria de câmbio os sinais de mercado importam, mas não são tudo.

Mesmo com as intervenções recentes, via IOF, e compra de divisas, o Brasil permanece com uma política acomodatória. Isso pode conduzir, como de fato está, ao pior resultado: enquanto as forças livres de mercado valorizam a moeda brasileira, EUA, China e diversos outros países desvalorizam as suas, empurrando o Brasil para a “maldição das commodities”. O mercado brasileiro não está isolado dos demais mercados cambiais administrados do mundo. O país, assim, é vítima de sua pureza teórica e refém de interesses muito específicos, legítimos apenas do seu ponto de vista individual, para quem o câmbio valorizado é uma bênção.

A política cambial no Brasil deve mudar não apenas por motivos teóricos (não abordados neste artigo), mas por razões práticas evidentes e deve seguir um curso semelhante à seguinte passagem de um pronunciamento de Obama em 05/08/2009, quando afirmou: “A história deveria ser nosso guia”. Em termos práticos isso significa que o melhor para o país é um sistema de câmbio flutuante administrado, cuja flutuação se dê em torno de uma taxa média industrialmente competitiva que viabilize a exportação de manufaturados de conteúdo tecnológico médio e alto. O que o país não pode fazer é deixar o câmbio exclusivamente ao “mercado”, no exato momento em que importantes nações estão fazendo o contrário. Deixar tudo ao “mercado” daqui é como fugir da picada da aranha pulando na cova dos leões.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico - 25/03/2010

Compensação Ambiental: Como dimensionar uma compensação baseado no prognóstico de algo que pode não ocorrer ?

Anderson Cantarino • Eng. Químico EQ/UFRJ; DSc. em Planejamento Ambiental no Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ; Gerente de HSE da BP Brasil.

As atividades humanas, e em especial as atividades industriais, possuem o potencial de causar impacto ambiental no ecossistema e na socio-economia onde elas se inserem.

Para minimizar e até eliminar os impactos ambientais que poderão vir a ocorrer durante a implantação e operação de um determinado empreendimento, os órgãos ambientais determinam a realização de vários estudos ambientais, sendo o mais conhecido o estudo de impacto ambiental.

Nesses estudos, há a expectativa de que os potenciais impactos do futuro empreendimento sejam prognosticados e avaliados. Com base nesta avaliação, o empreendedor tem a obrigação de estabelecer medidas mitigadoras com o objetivo de reduzir ou eliminar os impactos ambientais identificados.

Contudo, alguns impactos passíveis de ocorrer não podem ser mitigados. Desta forma, é de senso comum que eles precisam ser compensados. A compensação ambiental está vinculada ao procedimento de licenciamento ambiental, nos casos de empreendimentos de significativo impacto, com a finalidade de apoio à manutenção e implantação de unidades de conservação de proteção integral.

Tal requerimento é ainda baseado no princípio do poluidor-pagador e usuário-pagador, sendo utilizado como instrumento de política e preservação do meio ambiente, levando em consideração os conceitos das cidades sus-



tentáveis, o dano ambiental e a melhoria da qualidade ambiental da sociedade.

A avaliação da necessidade de compensação, bem como, o valor da compensação deve considerar o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais.

Atualmente há algumas controvérsias na quantificação dos impactos passíveis de compensação e, conseqüentemente, no estabelecimento do valor ou forma de compensação.

As dúvidas vão desde a definição e diferenciação entre o termo “compensação ambiental” e “medidas compensatórias”, sobre como dimensionar uma compensação baseado-se no prognóstico de algo que pode ser incerto de ocorrer, até a definição dos limites e aceitabilidade da compensação ambiental, versus a não realização de determinado empreendimento com alto potencial de impactar o meio ambiente.

Centroflora e NPA ingressam no quadro social da ABIFINA

O Grupo Centroflora e a NPA são as mais novas associadas da ABIFINA. O Centroflora foi fundado em 1957, na cidade de São Paulo, e é hoje o líder Sul Americano na produção e desenvolvimento de extratos vegetais padronizados para as indústrias farmacêutica, de cosméticos e alimentícia. A NPA é uma empresa especializada em prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento em insumos para empresas dos setores químico, farmacêutico, cosmético e de aditivos para alimentos. Tendo uma vasta experiência no desenvolvimento e fabricação de produtos desde a escala de laboratório até a industrial, a empresa está localizada em Jaboaticabal, São Paulo. É com enorme prazer que a ABIFINA dá as boas vindas às nossas novas associadas.

EMS terá unidade em Cuba

A terceira maior empresa de medicamentos genéricos do Brasil, a EMS, vai instalar uma fábrica em Cuba, segundo informação da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil (Apex). A fábrica será construída em parceria com a empresa cubana Heber Biotec e a ideia é usar Cuba como plataforma de exportação de medicamentos genéricos para a região. O investimento na ilha incluirá transferência de tecnologia cubana para a empresa brasileira. O objetivo da nova unidade é transformar o Brasil em uma plataforma de desenvolvimento de produtos inovadores. "O acordo faz parte de toda a trajetória que a EMS vem trilhando em seus 45 anos, com o desenvolvimento de medicamentos de qualidade e apoio à ampliação do acesso à saúde no Brasil e, também, no exterior", disse

Waldir Eschberger Junior, vice-presidente de Mercado da EMS. Neste acordo, foi fechada a transferência de tecnologia para a fabricação de medicamentos no Brasil, como o aerosol pulmonar Salbutamol, utilizado no combate à asma, e a venda de remédios brasileiros ao país cubano. A previsão é que os primeiros medicamentos dessa parceria estejam disponíveis ao mercado entre dois e cinco anos.

Libbs produz medicamento contra a sonolência

Está disponível no mercado o primeiro medicamento brasileiro para tratamento de sonolência diurna associada à Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS). O medicamento é produzido pela Libbs Farmacêutica e tem como princípio ativo a modafinila (consumida há 12 anos nos Estados Unidos e Europa) que atua no sistema nervoso central, ativando regiões do cérebro responsáveis pela promoção do estado de vigília, sem interferir no sono. O uso da modafinila é recomendável para pacientes com apneia que continuam com sonolência, mesmo após o tratamento com o *Continuous Positive Airway Pressure* – CPAP, aparelho que elimina a obstrução da via aérea superior por meio de pressão positiva e melhora a oxigenação do sangue durante o sono.

Filtrum HT da Libbs é indicado por especialistas

Foi constatado, por especialistas em dermatologia, que o Filtrum HT, da Libbs Farmacêutica, indicado para adultos com peles frágeis, de normais a secas, e fotoenvelhecidas, é um dos poucos produtos testados em uso associado à isotretinoína que não registrou efeitos adversos. Seu mecanismo de ação é composto por uma associação de filtros solares que proporcionam amplo espectro de proteção (fator de proteção solar 20 - proteção UVB e PPD12 - proteção UVA).

O FPS 20 significa 90% de eficácia na proteção contra raios UVB. O fator UVA 12 é medido de acordo com a metodologia *persistent pigment darkening* (PPD), estabelecida pela Academia Americana de Dermatologia. Na pele em tratamento cosmético, o Filtrum HT tem a vantagem de não ser um produto comedogênico - compatível com o tratamento e inibidor do surgimento de acne. Os resultados obtidos em estudos clínicos demonstram ausência de potencial irritante e alérgico. A formulação em gel creme garante melhor hidratação para a pele fragilizada. Além disso, possui vitamina E que é comprovadamente um potente antioxidante.

IVB comemora aniversário junto com inovação

O ano de 2010 será de muitas comemorações para o Instituto Vital Brazil (IVB), em homenagem aos 145 anos de nascimento de Vital Brazil Mineiro da Campanha. No dia 28 de abril, data do aniversário do cientista, o instituto inaugurou a Fazenda Vital Brazil, além do novo sistema de purificação de água e da nova área de envasamento de soros. As três inaugurações marcam um passo importante no processo de modernização do complexo fabril do IVB. Na fazenda está localizada a nova Central de Produção de Plasmas Hiperimunes, o mais moderno laboratório deste tipo no Brasil, com tecnologia que aprimorará a qualidade dos soros do instituto.

Outra inauguração foi a da nova área de envasamento, localizada no pavimento térreo do prédio de líquidos. O espaço representa um salto tecnológico importante na qualidade da etapa final do processo de fabricação de soros hiperimunes, destinados ao Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. A área atende todas as exigências dos órgãos de vigilância, especialmente quanto às qualificações do ar e sua exaustão.

Além disso, nesta área está instalada uma nova máquina envasadora, com tecnologia

de ampola fechada, que expõe muito menos o soro à contaminação. A máquina tem capacidade de envasar 12 mil ampolas por hora, mais de seis vezes a capacidade atual. Tudo isso com menor consumo de energia e água e eliminação de riscos eventuais de contaminações. "A aquisição da máquina era aguardada há mais de quinze anos e representa um grande avanço para o instituto, tanto em termos de tecnologia, já que a antiga tinha 50 anos de uso, como de adequação às normas da Vigilância Sanitária", afirma Antônio Werneck, presidente do IVB.

Bio- Manguinhos completa 34 anos

Maior é um mês especial na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) completou 34 anos no dia 4. A unidade, criada em 1976, é responsável pela produção e desenvolvimento de imunobiológicos para atender às demandas da saúde pública brasileira, uma vez que seus produtos são destinados aos programas dos órgãos do Ministério da Saúde. Em 34 anos de existência, diversas conquistas marcam a história de Bio, como a qualificação junto à OMS para o fornecimento da vacina febre amarela para as Agências das Nações Unidas; uma produção anual de mais de 120 milhões de doses de vacinas - virais e bacterianas; um dos maiores e mais modernos parques industriais da América Latina, que produz as vacinas: febre amarela, poliomielite, Hib, tetravalente contra DTP (difteria, tétano e coqueluche) + Hib, meningite A e C, tríplice viral contra sarampo, caxumba e rubéola, rotavirus; dentre outras não menos importantes. No mês de maio também se comemora o aniversário da Fiocruz, no dia 25. A Fundação completa 110 anos. Criada em 1900 - com o nome de Instituto Soroterápico Federal-, ela nasceu com a missão de combater os grandes problemas da saúde pública brasileira.

Eurofarma registra crescimento de 24% em sua divisão veterinária

A Eurofarma, indústria farmacêutica nacional, anunciou crescimento de 24% no ano de 2009 para a Pearson Saúde Animal, Divisão Veterinária da Eurofarma, que atua no segmento de bovinos e suínos. O resultado é reflexo da adoção de ações estratégicas e inovadoras. Entre elas está a mudança na forma de atuação, corajosa e inédita no mercado veterinário, que inclui uma política comercial única e pulverizada, com uma única tabela de preços e prazos, independente da demanda do cliente. Outro ponto a ser destacado é o esforço concentrado na geração de demanda, com a ampliação da equipe de propagandistas vendedores e a criação do grupo de consultores técnicos especialmente treinados para visitar propriedades, divulgar os produtos e orientar usuários e balconistas, colaborando assim para a formação de profissionais mais qualificados. Paralelamente às mudanças na forma de trabalhar, a Pearson também reforçou sua linha de produtos, tendo adquirido novas marcas e licenças para comercialização. Ao todo, foram adquiridas dez marcas de antiparasitários da indústria Allvet, além da licença de comercialização de Aminofort®, um estimulador hormonal natural, para suprir as deficiências de diversas vitaminas em bovinos, e auxiliar na promoção da fertilidade em machos e fêmeas.

Eurofarma investe em pesquisa com fitoterápico

A Eurofarma se prepara para produzir o seu primeiro fitoterápico e a empresa tem grande expectativa em relação ao seu lançamento, previsto para o final de 2012. No meio do ano, começam os estudos da primeira fase, de testes clínicos em humanos do Aleurites mo-

luccana, uma planta conhecida como noqueira-de-iguape, que vem apresentando excelentes resultados como anti-inflamatório e analgésico. “Tudo indica que ele pode ser utilizado por longos períodos, sem produzir os efeitos colaterais mais comuns dos outros medicamentos convencionais”, afirma a médica Camille Rodrigues, gerente de pesquisa clínica do laboratório. O investimento inicial foi de R\$ 2,3 milhões, dos quais 48% vieram como subsídios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O Aleurites faz parte dos projetos de pesquisa radicais, ou seja, que partem do zero. Há outros que investem em moléculas e matérias-primas já conhecidas. Segundo Camille, pesquisas radicais são complexas e significam um risco muito maior para a farmacêutica.

Pearson, divisão veterinária da Eurofarma, lança Doramec®

A Pearson Saúde Animal, Divisão Veterinária da Eurofarma, que atua no segmento de bovinos e suínos, acaba de lançar a nova apresentação de Doramec®, antiparasitário injetável, indicado para combate aos parasitas internos e controle dos parasitas externos, como moscas, ácaros, sarna, carrapatos, entre outros. A versão com 50ml é indicada, principalmente, para casos de castração, já que parasitas podem se alojar facilmente no local da cirurgia, devido à exposição do animal com o solo e outros aspectos do campo. Duramec® 50ml é o único da categoria que possui revestimento plástico externo, que protege a embalagem de vidro, proporcionando maior segurança no armazenamento, evita a exposição à luz e facilita o transporte e a aplicação, devido ao suporte localizado na parte inferior da embalagem, que dá a opção para transportar o medicamento na cintura ou do

jeito que o criador ou veterinário preferir, sem receio de prejudicar o produto.

Eurofarma busca fechar negócios na Jordânia

A Eurofarma anunciou sua intenção de associar-se a empresas jordanianas para exportar e lançar novos produtos no Brasil. A Jordânia, segundo a companhia, tem elementos dos dois mundos, o árabe e o ocidental, e ainda possui centros de pesquisa ativos. O então diretor de Assuntos Institucionais da Eurofarma, Ciro Mortella, informou que o País mostrou interesse pelo desenvolvimento de produtos nos centros universitários brasileiros. A Eurofarma pediu ao governo brasileiro que inicie contatos entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a agência reguladora na área de saúde na Jordânia para facilitar os negócios entre farmacêuticas dos dois países.

Eurofarma cria projeto social Ateliê-Escola

A Eurofarma lançou o Eurofarma Ateliê-Escola que é um projeto social que utiliza o principal elemento transformador de uma sociedade: a educação de suas crianças. Entre 1,5 mil e quatro mil crianças carentes, além de dezenas de professores, serão beneficiados pelo projeto, que funcionará durante todo o primeiro semestre do ano letivo. O projeto Ateliê-Escola é um programa inovador para a rede estadual e municipal de ensino e que já foi implementado com grande sucesso em Itapevi (SP), onde a empresa possui seu complexo industrial. Para Neide Rocha Sencovivi, gerente de Responsabilidade Corporativa da Eurofarma, o projeto é a ampliação do “Matéria-Prima”, que já é desenvolvido em Itapevi e que demonstra resultados surpreendentes. “A Eurofarma estudou

com muito cuidado qual projeto poderia ser desenvolvido e, depois, ampliado. Além disso, o projeto deveria ter grande impacto no aprendizado das crianças e ser duradouro. Encontramos todas estas características no Ateliê-Escola e estamos muito felizes pela oportunidade de implementá-lo, beneficiando milhares de crianças”, conclui a gerente.

Biolab dá os primeiros passos no mercado externo

Os produtos da linha de hormônios femininos da Biolab já foram lançados em Moçambique, em Angola e Cabo Verde. A iniciativa é o resultado de uma parceria entre a farmacêutica brasileira e o grupo português Laboratórios Azevedo. Como relata o sócio fundador da Biolab, Cleiton de Castro Marques, a expectativa é exportar um milhão de dólares este ano. “É um volume pequeno, mas representa nosso primeiro passo concreto rumo ao mercado externo”, diz. Os passos seguintes já estão delineados. A empresa vai atuar na Argentina, Venezuela, México e Colômbia. Os parceiros locais foram selecionados e só aguardam a aprovação dos órgãos reguladores daqueles países para começar a atuar, o que deve ocorrer no início de 2011. Além disso, a Biolab fechou um acordo com a alemã Merz que representará sua linha de produtos cosmecêuticos (cosméticos com ações terapêuticas) na Europa. “Até 2014 dobraremos de tamanho, seremos uma empresa com vendas líquidas de R\$ 1 bilhão”, afirma Cleiton.

Itatex destaca linha ITASIL para o mercado de plásticos

Com um vasto portfólio de produtos para termoplásticos, a Itatex destacou

sua linha de minerais revestidos com aminosilano que, de acordo com o assessor técnico Ricardo da Costa, são pouco explorados pelos formuladores de compósitos termoplásticos. Dentre as suas principais características estão a melhora da rigidez e a resistência aos esforços de flexão e tração de peças termoplásticas fabricadas com Nylon 6, Nylon 6,6, PET, PC, ABS, PBT e PP modificado com anidrido maleico. Para estes casos, a Itatex disponibiliza a linha ITASIL 2115B, 4160, 4144, 4170, 3149 com o foco no mercado de peças automotivas e eletroeletrônicos. A Itatex também dispõe para outras aplicações vulcanizáveis com peróxido orgânico, como para fios e cabos especiais, produtos revestidos ainda mais específicos, tais como ITASIL 2115A e 2115D, ITASIL 2250A. O último produto é um antichama silanizado, não halogenado, à base de hidróxido de alumínio com características “free-flowing”. Os produtos revestidos são também indicados para materiais com propriedades híbridas, como é o caso dos termoplásticos elastômeros (TPR, TPO, TPX).

Aché lança Diosmin SDU

Em março o Aché Laboratórios lançou o Diosmin SDU (diosmina 900 mg e hesperidina 100 mg), a primeira apresentação brasileira desse medicamento em forma de sachê com dose única. Diosmin SDU é indicado no tratamento dos sintomas das varizes e de outros problemas relacionados à doença venosa crônica, além de ser indicado também na doença hemorroidária, inclusive nas crises agudas. “Com esta nova apresentação, que possibilita maior adesão ao tratamento – graças à facilidade de transporte e à comodidade do uso – mantendo a mesma eficácia dos comprimidos, Diosmin SDU se torna o primeiro medicamento da sua classe com possibilidade de uso em dose única diária”, explica Régis Teixeira, gerente de produtos da Linha Cardiometabólica do

Aché. O produto será comercializado no sabor laranja/limão, em apresentações com 15 e 30 sachês de 5 gramas cada.

Aché anuncia segundo fármaco 100% brasileiro

O Sintocalmy, lançado pelo Aché, é indicado para o tratamento de ansiedade leve ou moderada, que contou com mais de seis anos de desenvolvimento e investimentos de R\$ 4 milhões. As pesquisas, realizadas no Brasil, conseguiram elevar o teor de princípios ativos da passiflora, planta conhecida pelo seu fruto, o maracujá, e já usada em extratos. Agora, como Sintocalmy, foi possível diminuir as quantidades de compostos que não influenciam a ação do produto, chegando a um extrato padronizado, mais seguro e eficaz que os concorrentes. “Este processo é totalmente novo no mercado, o que nos garantiu a patente internacional do medicamento”, explica Carlos Melo, diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) do Aché. A intenção da empresa é explorá-lo no Brasil e no exterior. “Já estamos em fase de negociações com parceiros na América do Norte, América Latina e Ásia para exportar a esses mercados”, diz Júlio Conejero, diretor da Unidade de Medicamentos Isentos de Prescrição.

Farmanguinhos cria inseticida biológico contra o mosquito da dengue

Após quase três anos de estudos, Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), criou um inseticida biológico capaz de matar as larvas do mosquito da dengue em 24 horas. A pesquisadora Elizabeth Sanches, que coordena o projeto, informou que o comprimido é inofensivo ao ambiente e à saúde humana e pode ser dissolvido em até cinquenta

litros de água. “A pastilha é colocada na caixa d’água. Duas horas depois de ingerir o inseticida, a larva fica paralisada e, impossibilitada de alimentar-se, morre depois de 24 horas. O efeito do inseticida dura até 21 dias”, explica Elizabeth. Farmanguinhos, que detém a patente desses produtos, receberá os royalties pela comercialização e irá fiscalizar o processo de produção dos inseticidas nas empresas parceiras.

Servatis vai construir núcleo de alevinagem em Resende

A Servatis lançou no dia 19 de abril, a pedra fundamental do Núcleo de Conservação da Ictiofauna Nativa do Médio Paraíba do Sul, onde serão construídos dezesseis tanques para a criação de mais de um milhão de alevinos por ano, dependendo das espécies. “O objetivo é que se torne um centro de referência em alevinagem para a região do Médio Paraíba do Sul”, explicou o gerente de Meio Ambiente da empresa, Guilherme Gama. O lançamento da pedra fundamental foi precedido por um culto em ação de graças pelo aniversário de cinco anos de fundação da Servatis, um café da manhã para os funcionários e a inauguração do Espaço Servatis, um Centro de Lazer, Cultura e Qualidade de Vida para os colaboradores. “Hoje é um marco para a empresa. É também uma ocasião especial, pois estamos começando a construir um Centro de Alevinagem. Este centro receberá larvas de espécies de peixes nativas do Paraíba do Sul e, posteriormente, serão lançadas no Rio Paraíba do Sul, contribuindo de forma efetiva para o repovoamento do rio”, afirmou o presidente da Servatis, Ulrich Meier. A previsão é que as obras durem quatro meses e a unidade seja inaugurada entre o fim de agosto e o início de setembro, quando começa o período de reprodução dos peixes no Rio Paraíba do Sul.

ABIFINA comenta a notícia

Anvisa está pronta para receber pedidos de genérico do Viagra

JB Online,
04/04/10



Precedente importante

Como o STJ decidiu pela não prorrogação por um ano da patente do Viagra, a partir de junho próximo o registro de genéricos desse medicamento poderá ser feito rapidamente, como destacado pela Anvisa. Tal decisão é de extrema importância como precedente jurídico e sinalizará ao sistema produtivo que o Poder Judiciário brasileiro amadureceu na área do direito de propriedade industrial o suficiente para impedir usos abusivos do privilégio de patente..

China parece disposta a mudar política cambial

Valor Econômico,
08/04/10



A faca e o queijo

A declarada disposição chinesa de afrouxar as amarras que mantêm desvalorizada sua moeda é uma resposta a pressões do governo norte-americano, que ameaça levar o assunto à OMC. Com sua política de depreciação do Yuan, a China, como disse o economista Fred Bergsten, tem exportado “grandes doses de desemprego para o resto do mundo”. Entre 1995 e 2008, ampliou em US\$ 17 bilhões as vendas para a América do Sul de produtos que competem com os brasileiros, passando de fornecedora de quinquilharias a exportadora de bens de maior valor agregado, como eletrodomésticos.

Até mesmo o Chile, tido pelo Banco Mundial como exemplo de país economicamente aberto, controla o movimento de capitais na sua economia tendo em vista manter uma taxa de câmbio confortável para

seus produtores. Ao contrário do Brasil, que sofre um franco processo de desindustrialização, em grande parte por conta do câmbio livre, a China pratica uma política monetária explicitamente voltada para o seu desenvolvimento industrial e faz questão de ter a faca e o queijo na mão: vai valorizar a sua moeda, assim como no passado a desvalorizou, por uma decisão de Estado focada no seu desenvolvimento, e não por aderir à tola utopia de um mercado completamente livre e autoajustável.

EUA agradecem prazo para negociar

O Globo,
09/04/10



Antes tarde...

Depois de cometer a gafe de se declarar “decepcionado” com o Brasil por nosso governo estar se preparando para cumprir uma decisão da OMC, o governo norte-americano finalmente caiu em si e agradeceu a tolerância brasileira. A suspensão temporária do processo de retaliação implica que os EUA interrompam, de imediato, a liberação de subsídios no financiamento interno às exportações e criem um fundo (US\$ 147 milhões/ano) para financiar os pequenos produtores brasileiros de algodão. Consta ainda de um possível acordo que os EUA reconheçam Santa Catarina como estado livre de febre aftosa, sem vacinação, abrindo dessa forma o seu mercado para carnes bovina e suína in natura. E o governo norte-americano se propõe também a detalhar as alterações que proporá na sua Lei Agrícola, cuja vigência termina em 2012. Concretizados esses avanços, o Brasil terá alcançado uma vitória diplomática sem precedentes.

Brics estão longe da liderança, diz 'FT'

Estadão,
19/01/10



Dividir para governar

Na avaliação do Financial Times, apesar do avanço econômico dos últimos

anos, os países do BRIC ainda não estão prontos para liderar uma mudança do centro de poder global, principalmente em razão das fortes diferenças existentes entre eles e da falta de interesses comuns. Temas como política cambial, modelo econômico e comércio externo suscitam divergências. Certamente carece de homogeneidade o grupo de países que compõem o BRIC. Talvez o país mais aberto, menos protetor do mercado interno, seja o Brasil. A Índia protege fortemente seu setor produtivo interno em áreas como a agricultura, e a China conta com um Estado central que domina a moeda e os investimentos, abrindo seu mercado somente em condições muito específicas e exigindo em contrapartida uma saudável reciprocidade. Mas isso constitui problema de crescimento que pode e deverá ser ultrapassado com o tempo. As convergências, certamente, são bem maiores e assim os países do BRIC deverão vir a ter destacado papel no futuro da economia mundial. Mas faz parte do jogo da mídia do primeiro mundo apostar nas divergências e na fraqueza do adversário.

Brasil quer reforma completa do subsídio

*Estadão,
10/04/10*



Round decisivo

A imprensa tem acompanhado de perto a evolução das negociações entre o Brasil e os Estados Unidos tendo em vista evitar a retaliação autorizada pela OMC contra os subsídios norte-americanos ao algodão. Eles, como sempre, fazem a clássica dobradinha entre Poder Executivo e Congresso para tentar ganhar tempo. E nós pressionamos para desarmar essa estratégia.

O Brasil vem pautando suas ações nesse contencioso com os EUA de forma madura e soberana, como nunca fez no passado. Muitos dos atuais críticos do Itamaraty exerceram no passado atividades nessa área alinhados, sem oferecer resistência aos interesses dos Estados Unidos, daí o acre de suas lamúrias. A forma serena, firme e competente com que a equipe do Ministro Celso Amorim vem conduzindo o assunto transmite confiança, seja quando endurece nas negociações, seja quando aceita retomar um diálogo construtivo. O prazo e as condições estabelecidas pelo MRE para a postergação da retaliação são claros e objetivos: em sessenta dias o governo norte-americano tem que detalhar o que fará de pronto e o programa que deverá submeter ao Congresso. Se esse plano for adequado, o Brasil poderá deixar de retaliar; caso contrário, implantará imediatamente as medidas já definidas. Nunca antes os Estados Unidos foram colocados “junto às cordas” no ringue por um país emergente

Laboratório tenta estender patente do Viagra

*Folha de SP,
17/01/10*



Má fé

Estão em curso no Brasil cerca de sessenta processos movidos por laboratórios farmacêuticos para estender, sob diversos argumentos e por prazos variados, a validade de patentes de remédios, entre eles o Viagra, que deve cair em domínio público em junho de 2010. O sistema judiciário brasileiro amadureceu bastante nos últimos anos, em boa parte com o auxílio técnico da ABIFINA, que tem municiado a magistratura com informações sobre abusos do direito patentário. Na condição de amicus curiae, a ABIFINA vem alertando o poder judiciário para ilicitudes cometidas sob o pretexto da proteção à propriedade industrial, tais como a litigância de má fé, que começa a ser devidamente punida pela justiça brasileira.

País prepara denúncia contra UE por genéricos

*Valor Econômico,
05/04/10*



Quebra de acordo

Na iminência da entrada em domínio público de diversos medicamentos patenteados, oriundos de seus países-membros, e do conseqüente ingresso no mercado de equivalentes genéricos, a União Europeia perdeu as estribeiras e vem insistindo numa legislação que fere frontalmente o Acordo TRIPS. É realmente vexaminoso a velha Europa, que sedia a OMC, perder o rumo e apelar para a quebra de acordos internacionais pelos quais tanto lutou. TRIPS estabelece de forma clara que qualquer produto colocado licitamente no mercado poderá ser comercializado no mercado internacional sem barreiras comerciais. Certamente a OMC haverá de julgar procedente a denúncia formulada pelo Brasil e pela Índia, embora não se possa mais evitar que um precioso tempo seja perdido na disponibilização de medicamentos para as populações carentes de diversos países do mundo.

Eduardo Eugenio é homenageado em Paris

O presidente do sistema Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, membro do Conselho Consultivo da ABIFINA, foi homenageado, no dia 06 de maio, pela Chambre de Commerce du Brésil en France com o título de "Personnalité de L'année 2010", em cerimônia de premiação ocorrida durante jantar nos salões do Hotel George V, em Paris.

Subvenção Econômica

Através de um convite feito pela Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a ABIFINA foi representada por seu vice-presidente de Planejamento, Marcos Oliveira, em reunião realizada em 17 de março para colher sugestões para o aperfeiçoamento dos termos do Edital de Subvenção 2010 a ser emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em futuro próximo. Compareceram a essa reunião dirigentes de entidades representativas de setores industriais, especialmente daqueles considerados estratégicos ou prioritários pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A reunião faz parte da iniciativa do MDIC de procurar uma melhor coordenação com o MCT na implantação das medidas de apoio ao setor industrial e atende a uma antiga sugestão da ABIFINA, apresentada nos Fóruns de Competitividade gerenciados pelo MDIC.

Comitê Agroquímico

Foi realizado no dia 17 de março, no escritório de nossa associada Nufarm, em São Paulo, reunião do Comitê Agroquímico da ABIFINA. O Comitê debateu temas de relevância para o setor, tais como: a Instrução Normativa Conjunta nº 1, que estabelece diretrizes e exigências para o registro de culturas com suporte fitossanitário insuficiente (minor crops); Portaria 96 do Mapa, que colocou em consulta pública o projeto de Instrução Normativa que visa instituir o Plano Nacional de Manejo de Risco de Agrotóxicos e Afins para Uso Agrícola (PNMRA); Componentes; Reavaliações e Dados Proprietários.

Campanha "Medicamento Verdadeiro"

A ABIFINA esteve presente, por meio de sua diretora de Relações Institucionais, Telma Salles, no lançamento da campanha "Medicamento Verdadeiro", da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que ocorreu no dia 12 de abril, em Brasília (DF). O objetivo da campanha é orientar a população sobre os riscos do consumo de medicamentos falsificados.



Setor agroquímico se reúne com os novos adidos agrícolas

Realizou-se no dia 22 de abril, em Brasília, nas instalações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), encontro de representantes do setor produtivo de agroquímicos com os novos adidos agrícolas. As entidades, em sua apresentação, destacaram os pontos críticos que impactam o setor atualmente. O setor também abordou o trabalho que vem sendo realizado pelo Inpev, no recolhimento de embalagens vazias de defensivos agrícolas e do Sindag, no combate aos agrotóxicos ilegais. A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, representou a ABIFINA nessa ocasião.

ABIFINA em reunião no Ibama

A convite do Sindag, foi realizado nos dias 13 e 14 de abril, em São Paulo, seminário do Ibama sobre o “Manual para requerimento de avaliação ambiental de agrotóxicos e afins”. O órgão apresentou os procedimentos seguidos pelo Ibama na área do registro de agroquímicos (avaliação ambiental), apontando os benefícios e as dificuldades enfrentadas pelo Ibama nesse contexto. Foram debatidas, nessa oportunidade, questões envolvendo registro de componentes e alterações de formulações pós-registro. Praticamente todas as empresas que atuam no setor de defensivos agrícolas mandaram representantes ao evento. A ABIFINA foi representada pela gerente técnica, Diva Arrepia.



Validade da patente do Viagra vence no próximo dia 20 de junho

Desde 2006 a ABIFINA, através do seu sistema de acompanhamento de julgados no âmbito judiciário, valendo-se de uma competente equipe profissional contratada junto ao Escritório Denis Borges Barbosa, vem alertando as partes nacionais interessadas nos diversos processos em curso. Desde janeiro de 2010, o Grupo de Apoio Jurídico da ABIFINA atualizou, no Portal Jurídico, o andamento de 116 processos, todos em curso e de interesse da ABIFINA, e o andamento de vinte processos com amicus curiae. Nesse período, o Grupo de Apoio também acompanhou diversos julgamentos ocorridos no STJ e no TRF. Dentre eles, os julgamentos das patentes dos seguintes produtos: Viagra, Strattera, Talcapone, Bosetan, Nicosulfuron e Fanciclovir. O último julgamento, ocorrido na quarta-feira, dia 28 de abril, no STJ, concluiu que o prazo de validade da patente que garante

o direito de exclusividade da Pfizer para a fabricação e comercialização do Viagra, usado no tratamento da disfunção erétil, termina no dia 20 de junho de 2010. O Laboratório Pfizer pretendia manter a exclusividade sobre o medicamento até junho de 2011, já que o pedido depositado na Inglaterra não tinha sido concluído e o registro da patente só teria sido obtido em junho de 1991, no escritório da União Europeia. Entretanto, no julgamento do dia 28 de abril, o relator, em seu voto vencedor, concluiu que a legislação brasileira determina que a proteção dos produtos patenteados pelo sistema pipeline é calculada pelo tempo remanescente da patente original, a contar do primeiro depósito no exterior. Assim, como a primeira patente do Viagra foi depositada na Inglaterra, em junho de 1990, o prazo de exclusividade expira em junho de 2010.

P&D na Oxiteno

O vice-presidente de planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, visitou as unidades química e petroquímica de nossa associada Oxiteno, localizadas em Mauá - SP, quando teve a oportunidade de conhecer os centros de P&D da empresa, voltados, o primeiro para especialidades químicas e o segundo para catálise heterogênea e catalisadores sólidos de metais nobres.

Conselho Superior da Faperj

Através de seu 1º vice-presidente, Nelson Brasil, a ABIFINA participou da mais uma reunião do Conselho Superior da Faperj, ocasião em que foram analisados e aprovados cinco editais dedicados a apoiar projetos na área de infra-estrutura de biotérios, de universidades estaduais e de instituições de ensino e pesquisa sediadas no Rio de Janeiro.

ABIFINA em foros de discussão sobre Biotecnologia

Através de seu vice-presidente de planejamento, Marcos Oliveira, a ABIFINA participou, nos dias 25 e 26 de março, da 1ª Reunião do Fórum de Competitividade de Biotecnologia de 2010, bem como de reunião do GT Industrial desse Fórum. A reunião do GT Industrial foi preparatória para a reunião do plenário do Fórum, e nesta última foram apresentadas sugestões para o programa de trabalho dos GT's Industrial, Agricultura, Saúde e Promoção de Negócios. O programa acordado prevê uma articulação mais intensa MDIC/MCT na indicação de tecnologias para fins de fomento público, na consolidação de medidas para o aprimoramento dos instrumentos para tal fim e no foco do apoio que deve ser dirigido para sanar as carências estruturais ainda existentes na cadeia de desenvolvimento de produtos biológicos, especialmente escalonamento. O programa de trabalho para o exercício prevê a realização da Enconit-Biotec em junho, participação ampliada do Brasil na Bio 2010, e um programa de visitas e cooperações internacionais.



ABIFINA no conselho gestor da RedesFito

Realizou-se no dia 27 de abril, em Farmanguinhos, a Segunda Reunião da Redesfito Mata Atlântica, ocasião em que foi apresentado o projeto "Biodiversidade e Inovação de Fitomedicamentos no Estado do Rio de Janeiro" e organizada a constituição da Rede Fito Mata Atlântica RJ a partir dos APLs (Arranjos Produtivos Locais). A ABIFINA fará parte do Conselho Gestor, dentro da Área de Conhecimento da Indústria. A especialista em patentes da ABIFINA, Ana Claudia Dias, participou do evento representando a entidade.

Curso de pós-graduação

O conselheiro da ABIFINA, Lélío Maçaira, representou a entidade na aula inaugural do primeiro Curso de Pós-Graduação "Stricto Sensu" - Mestrado Profissional em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica, conduzido por Farmanguinhos. Essa aula inaugural foi proferida pelo professor Norberto Rech, da Anvisa/MS, sobre o tema "As Estruturas Produtivas Públicas e a Internalização de Tecnologias de Interesse do SUS - Experiências Inovadoras". Norberto Rech, em sua apresentação, discorreu sobre a construção das condições políticas que permitiram a criação do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde - Gecis e o atual momento da Cadeia Farmacêutica Brasileira, chamando a atenção para que toda a sociedade brasileira defenda a Política Industrial implantada como Política de Estado, e não somente como política deste governo.

Marco Regulatório

O vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, foi recebido pelo diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da empresa Aché, Carlos Alberto Melo. O encontro teve como objetivo discutir o estágio em que se encontram as definições sobre o marco regulatório para produtos farmacêuticos biotecnológicos, especialmente as exigências para registro e comercialização de biofármacos e as necessidades dos laboratórios nacionais que estão investindo nesta área. Para Carlos Melo a regulação que vier a ser adotada pela Anvisa na questão dos biofármacos genéricos é de crucial importância para as possibilidades de desenvolvimento da farmacêutica nacional baseada em biotecnologia.

ABIFINA realiza a 1ª reunião do novo Conselho Administrativo

Ocorreu no dia 15 de abril a primeira reunião do novo Conselho Administrativo da ABIFI-



NA, onde dentre outros assuntos tratados foram discutidas e aprovadas as linhas de atuação prioritária para a ABIFINA em 2010.

Medalha de mérito industrial farmacêutico



Os empresários vinculados a ABIFINA, Dante Alario Jr, presidente da Biolab, Odilon José da Costa Filho, diretor da Cristália e José Loureiro Cardoso, presidente da ABL, foram agraciados com a outorga do Colar Cândido Fontoura do Mérito Industrial Farmacêutico, durante a solenidade comemorativa do 77º aniversário do Sindusfarma e do segundo aniversário de instituição do Dia da Indústria Farmacêutica no Brasil, ocorrida no dia 26 de abril.

Rio de Janeiro realiza o último encontro regional de fiscalização de 2010

Aconteceu no período de 27 a 29 de abril, no Rio de Janeiro, o 5º Encontro de Fiscalização e Seminário Regional sobre Agrotóxicos, das regiões sul, sudeste e centro-oeste. Com uma extensa programação, o evento iniciou-se com a apresentação do 8ª. Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, a ocorrer em junho próximo, em São Luís (Maranhão), que contará como o apoio de todo o setor produtivo, inclusive da ABIFINA. Seguiu-se uma série de apresentações, por representantes de vários estados, que culminou com a elaboração e aprovação da Carta do Rio de Janeiro, documento no qual foram definidas ações a serem conduzidas pelas fiscalizações dos estados das regiões sul, sudeste e centro-oeste. A ABIFINA foi representada no evento pela gerente técnica, Diva Arrepiá.

Setor agroquímico da ABIFINA renova diálogo com Anvisa

No dia 27 de abril, o novo presidente da ABIFINA, Jean Daniel Peter, acompanhado pelo 1º vice-presidente, Nelson Brasil, e pelos vice-presidentes do Segmento Agroquímico, Tarciso Bonachela e Luis Henrique Hahmeier, participaram de uma audiência com o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu

Raposo, onde foram apresentadas as prioridades da ABIFINA para atuação da nova diretoria da entidade, focando, em especial, a área de defensivos agrícolas, na busca da construção de uma nova forma de diálogo com a agência na área do regulatório fitossanitário.

ABIFINA em Fórum na CNI

Realizou-se, no dia 16 de março, no escritório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em São Paulo, a XXV Reunião do Fórum Nacional da Indústria, cuja pauta discorreu sobre os seguintes temas: agenda legislativa da indústria para 2010 - discussão das prioridades, agenda da indústria para o novo governo - prioridades e papel das reformas, conjuntura econômica e política - jornada de trabalho, FAT/SAT, desoneração tributária das exportações e medidas de apoio às exportações em discussão no Conex, Projeto Substituição Tributária - apresentação dos resultados do projeto Price Water House/CNI, relatório de gestão e indicadores do Mapa Estratégico da Indústria e assuntos gerais. A ABIFINA esteve representada nessa ocasião pelo Conselheiro Jean Peter.



ABIFINA no seminário Brasil-China

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) realizou, no dia 17 de março, no auditório da Fecomércio (Rio de Janeiro), o "Seminário Internacional Brasil, China e a Arquitetura da Governança Global", no qual a ABIFINA foi representada pela gerente de Comércio Exterior, Noemy Padilha. Dentre os palestrantes estiveram presentes o embaixador Marcel Biato, assessor especial de Política Externa da Presidência da República e o embaixador Roberto Abdenur,

conselheiro do Cebri. O evento discutiu o papel do Brasil e da China como potências emergentes e sua crescente relevância nos cenários político e econômico internacionais, em especial nas propostas de reformulação do sistema financeiro e das organizações internacionais. O seminário concentrou-se também na discussão sobre Brasil e China, seu papel na governança global para o desenvolvimento e sua leitura sobre as transformações em curso.

ABIFINA participa de oficinas técnicas – Biotecnologia e Saúde

Nos meses de março e abril, a ABIFINA participou intensamente de oficinas técnicas.

A primeira foi a Oficina Técnica de Biotecnologia, encontro que aconteceu no dia 5 de março, no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e que teve como objetivo fornecer subsídios para a elaboração de um documento a ser apresentado nas reuniões regionais da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Foram também discutidas as ações a serem executadas pelo MCT nos próximos doze anos que permitam o desenvolvimento da biotecnologia no país. Nas discussões, de uma forma unânime, foi considerado que o Brasil possui grupos de pesquisa nas ICTs, com domínio de tecnologias - para a fase inicial de P&D - utilizadas no desenvolvimento de produtos/processos biotecnológicos, a exemplo das áreas de biofármacos, bioconversão de biomassa, além de outras. E que a ausência de

infraestrutura para o escalonamento de produtos/processos ainda se constitui em um enorme gargalo que impede o desenvolvimento completo de um produto/processo em escala industrial no País. A ABIFINA foi a única representante da indústria presente ao encontro, através do vice-presidente de Planejamento da entidade, Marcos Oliveira.

A segunda, Oficina Técnica de Saúde, aconteceu nas dependências do CNPq, em Brasília, no dia 13 de abril, quando foram discutidas as ações a serem executadas pelo MCT nos próximos doze anos. O diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos da ABIFINA, Odilon Costa, presente ao evento, ficou de elaborar um dossiê do setor que buscará subsidiar a elaboração de um documento a ser apresentado nas reuniões da 4ª. CNCTI. Também prestigiaram o evento pela ABIFINA, Lelio Maçaira e Ciro Mortella, respectivamente vice-presidente e diretor de Propriedade Intelectual.

ABIFINA em seminários na Anvisa

A Anvisa realizou no dia 8 de abril, em sua sede em Brasília, o workshop sobre “Proteção de Informações Submetidas para o Registro de Agrotóxicos”. Esse evento, promovido pela Gerência de Toxicologia da agência, fechou o ciclo de debates, realizado pela Anvisa, que se iniciou em agosto do ano passado com o seminário sobre o registro de agroquímicos. Seguiu-se o workshop realizado em março de 2010, que abordou o tema regulação de mercado, finalizando com o workshop sobre proteção de dados. Esse último workshop foi dividido em duas partes, a primeira, que ocorreu pela manhã, teve como destaque as apresentações feitas pelos representantes do governo.

À tarde, coube às entidades do setor produtivo da ABIFINA, Aenda e Andef apresentarem suas interpretações sobre o tema. A apresentação da ABIFINA foi feita pelo advogado da entidade para assuntos de propriedade industrial, Pedro Barbosa, que fez uma análise detalhada sobre a Lei 10.603, que regula a matéria no Brasil, destacando que o Brasil foi muito além de TRIPS ao internalizar a matéria no país. A ABIFINA foi representada no evento pelo vice-presidente da área agroquímica, Luis Henrique Rahmeier, pelo diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos, João Alegro, e pela gerente técnica, Diva Arrepiá.

Parceria entre UFRJ e ABIFINA promove cursos

A Escola de Química da UFRJ, em parceria com a ABIFINA, realizou o curso de extensão em Auditoria Ambiental, entre os meses de março e abril na sede da ABIFINA. O treinamento teve por objetivo capacitar os profissionais para o entendimento e a aplicação de auditoria ambiental, contemplando fundamentos teóricos e práticos, em situações que condizem com as necessidades dos setores público e privado na área ambiental. O curso capacitou os interessados a acompanhar auditorias ambientais, seguindo a legislação, o cumprimento das normas (inclusive a ISO 14001), as resoluções e as determinações dos agentes públicos, como Conama, órgãos ambientais, estaduais, municipais e o Ministério Público.

A ABIFINA também contribuiu para o debate das Compensações Ambientais, através do Curso de Extensão da Escola de Química da UFRJ, que será realizado em sua sede no período de 29/05 a 03/07: O Curso tem como objetivo ampliar a discussão e divulgar os conhecimentos existentes nos âmbitos público e privado das compensações ambientais, além de discutir e apresentar os princípios básicos e legais, o arcabouço de identificação e avaliação de impactos ambientais nos quais a compensação precisa estar baseada, análise das fórmulas de cálculo e suas incertezas, a experiência internacional em compensação e as formas passíveis de haver compensação ambiental. Mais informações no site www.eq.ufrj.br/extensao (vide artigo da página 17).

ABIFINA no seminário sobre desenvolvimento do setor químico-farmacêutico

O seminário “Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento do Setor Químico-Farmacêutico do Estado do Rio de Janeiro”, promovido dia 19 de março no Sebrae, foi uma realização da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do RJ (SEDEIS - RJ). Na ocasião, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno, defendeu que o desafio para o setor químico-farmacêutico fluminense é grande, porém, segundo ele, é preciso que haja uma agenda bem definida de ações a serem cumpridas que respalde o governo do estado nesse esforço de alavancar o segmento. O encontro contou com a realização de várias palestras e debates com especialistas do setor: Nelson Brasil, da ABIFINA, Carlos Gadelha, presidente da Fiocruz, Kátia Aguiar, da Fundação BioRio, Antônio Werneck, presidente do Instituto Vital Brazil, Pedro Palmeira, representando o BNDES, e Paulo César Amaro Aquino, da Petroquisa. Além de

Julio Bueno e Maurício Chacur, presidente da Investe Rio, compuseram a mesa de abertura a professora do Instituto de Economia da UFRJ, Lia Hasenclever, e o diretor do departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde, Zich Moysés. O objetivo do evento foi o de fortalecer a atividade produtiva, através da melhoria do desempenho dessas empresas e da atração de novos investimentos para o estado.



Estratégias asiáticas

Marcos Oliveira • Vice-presidente de Planejamento

Esta na moda falar dos BRICS's, de suas semelhanças na magnitude de território, população e recursos naturais como fatores importantes para alavancar seu desenvolvimento. Talvez seja oportuno falar algo sobre as estratégias que estão usando para empregar estes fatores, estratégias nas quais as diferenças são mais marcantes que as semelhanças.

A Rússia não tem um padrão definido. Depois do colapso do regime de planejamento central, suas possibilidades de desenvolvimento estão muito amparadas no seu potencial exportador de energia, petróleo e gás. A Índia apostou na sua capacitação científica para se qualificar como prestador de serviços, sobretudo na área de TI, e produtor/exportador em áreas de alto conteúdo tecnológico, como medicamentos, por exemplo.

A China parece seguir um caminho já trilhado antes por Coreia e Japão, entre os "tigres" asiáticos, uma estratégia de desenvolvimento mais global, mais ambiciosa. A partir da década de oitenta, pôs fim na malfadada Revolução Cultural e caminhou paulatinamente para uma economia de mercado, adotando um modelo exportador calcado na importação de tecnologia e no uso de sua mão-de-obra abundante e barata. Apesar de problemas em alguns setores, o sucesso geral foi notável. Em duas décadas, a economia chinesa passou a ser considerada um dos motores do desenvolvimento global, seja como um voraz comprador de matérias-primas, seja como um agressivo vendedor de produtos industrializados.

Já no início da década de 90, um pouco sob pressão dos países desenvolvidos, começou a adequar seu marco regulatório, adotando um sistema de patentes, por exemplo, a fim de garantir o fluxo de tecnologia externa de que necessitava. Nos primeiros anos deste século, aderiu à OMC como membro pleno, o que lhe garantiu o acesso não discriminado aos mercados mundiais. Ao longo de todo este período investiu pesadamente na educação científica e tecnológica e foi gradativamente melhorando

a qualidade geral de sua produção, introduzindo padrões de produção e controle baseados em modelos ocidentais.

O sucesso do modelo exportador, traduzido na elevação contínua do PIB em taxas elevadas, por anos a fio, trouxe como consequência a elevação do poder de compra da população chinesa. O crescimento do poder de compra de uma população de mais de 1,3 bilhão de pessoas, ainda que longe dos padrões individuais do Ocidente, colocou o mercado interno chinês como variável importante para a estratégia de desenvolvimento e o governo central não ficou indiferente a isto. A partir de 2006 uma nova estratégia de desenvolvimento começa a se delinear, à Política de Inovação e Desenvolvimento Autóctone - PIDA. Esta política vem sendo implantada como uma resposta ao temor do governo chinês de que sua economia ficasse limitada pela dependência de tecnologia externa e pela predominância de marcas estrangeiras.

O objetivo da Pida é preparar o país para se desenvolver com seus próprios recursos, estimulando a geração interna de tecnologias e produtos e processos inovadores, exatamente como fizeram Coreia e Japão, duas décadas antes.

A principal alavanca da Pida é o poder de compra do estado.

O governo chinês dará preferência aos produtos fabricados na China por empresas que tenham os direitos de propriedade industrial na China e que tenham marcas registradas originalmente na China e este é o principal elemento de estímulo à inovação.

Adicionalmente, o governo chinês preparou listas de produtos em que tem interesse em adquirir, garantindo um mercado inicial para as empresas que se dispuserem a inovar. A maioria dos produtos incluídos nessas listas é de alta tecnologia e tem uma componente estratégica muito clara: os produtos estão voltados para as necessidades e tendências do futuro.

Em 2010, o conjunto de leis e regulamentos parece ter ganhado forma final com a emissão



da Lei de Compras do Estado, a ser seguida por todos os níveis de governo - central, provinciais e municipais, sem exceção.

Por essa legislação, produtos chineses terão uma margem de preferência de até dez por cento sobre os importados quando o critério for apenas preço. Quando outros critérios forem previstos, uma preferência adicional de até oito por cento pode ser utilizada.

Novidades? Na verdade não. Usar o poder de compra do estado para alavancar o desenvolvimento, preservando o mercado interno para a produção local é política já usada por diversos países ao longo da história, inclusive no Ocidente. Os americanos têm o Buy American Act desde a década de 30 e usam largamente encomendas governamentais, sobretudo pelo Ministério da Defesa, para alavancar o desenvolvimento de tecnologias em que estejam estrategicamente interessados.

Aqui no Brasil também ensaiamos usar o poder de compra do estado para alavancar o desenvolvimento. Para nós as novidades do programa chinês talvez estejam limitadas à abrangência e à coesão, pontos em que o nosso desempenho é lamentável. Lá há um órgão de coordenação central, todos os níveis de governo devem seguir as determinações legais e os ministérios do planejamento e das finanças são peças importantes da engrenagem, lado a lado com os ministérios da ciência e tecnologia, da indústria e comércio, da informação etc. e tal. Este é o modelo a imitar para se ter a eficácia que se deseja.



Eventos



FÁBRICA CARIÓCA
DE CATALISADORES

16.mar.2010

FCC S.A. festeja seus 25 anos com clientes e acionistas



No dia 12/03, a Fábrica Carioca de Catalisadores ofereceu um jantar especial para os seus clientes e acionistas na Casa de Festas Villa Riso, em São Conrado. O evento contou, também, com a presença de antigos diretores, que receberam placas em homenagem ao trabalho desenvolvido ao longo dos 25 anos de história da empresa.

Os diretores Edson Kleiber de Castilho e Rodrigo Coelho Pinto e o Gerente de Marketing, Marcos Godinho, ressaltaram o pioneirismo da FCC S.A. no mercado e a sua capacidade de assumir novos desafios a cada dia.

Durante a apresentação, foram lidas várias mensagens de felicitação e exibido o vídeo comemorativo preparado pela área de Marketing. Após o jantar, a Banda Celebrare animou os convidados com um show bastante eclético.



Encontros como esse reforçam a imagem da empresa diante dos seus públicos estratégicos e marcam o nosso Jeito de Ser para Gerar Confiança.



Participe do evento que irá reunir todas as soluções e inovações químicas mundiais no mesmo local
CONGRESSO INTERNACIONAL + EXPOSIÇÃO TABLE-TOP



Informex é a plataforma perfeita para sua empresa **demonstrar produtos e serviços de forma eficiente**, além de encontrar com **compradores, produtores e distribuidores de toda cadeia química**



- Combustíveis
- Lubrificantes e aditivos
- Agrotóxicos
- Cuidados Pessoais
- Fertilizantes
- Alimentos
- Tintas
- Aromas
- Revestimentos
- Fragrâncias
- Adesivos Plásticos
- Detergentes
- Polímeros
- Indústria Automotiva e Aeroespacial
- Eletrônicos
- Têxteis

www.informexlatam.com.br

EVENTOS PARALELOS

PATROCINADOR OURO



PATROCINADOR PRATA



PATROCINADOR BRONZE



ORGANIZAÇÃO



APOIO



greenExchange
 Congresso Internacional sobre Química verde e Sustentabilidade
 Organização: **ABIQUIM**

CROP WORLD
 Feira e Congresso Internacional de Negócios, Ciência e Tecnologia sobre Produção Agrícola